

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

EDITAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

IMPORTANTE

- **Abertura das propostas:** 20 / 11 / 2020, às 09:00 h.
- **Início da Disputa de Preços:** 20 / 11 / 2020, às 10:00 h.

- **Formalização de Consultas:**
 - e-mail: licitacoes@spturis.com

 - **endereço:** Comissão Permanente de Licitações / Gerência de Compras e Contratos – Sede Administrativa – Av. Olavo Fontoura, 1209 – Portão 35 – Parque Anhembi – Santana – São Paulo – SP – CEP 02012-021

 - **Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).

 - **Sistema operacional utilizado:** LICITAÇÕES-E do Portal do Banco do Brasil - (www.licitacoes-e.com.br).

 - **Horário de ENTREGA de documentos e proposta:** 09:00h às 18:00h

 - **Local de entrega:** SETOR DE PROTOCOLO (ao lado da Recepção da Sede Administrativa)

- **Atenção:** a proposta e documentos de habilitação não serão recebidos diretamente pela Comissão Permanente de Licitações, e em horários diferentes do informado acima.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

ANEXOS DESTE EDITAL

- **ANEXO I** – Termo de Referência

- **ANEXO II** – Documentação para Habilitação

- **ANEXO III** – Modelo de Declaração de Inexistência de Menor

- **ANEXO III – A** – Modelo de Declaração ME/EPP

- **ANEXO III – B** – Modelo de Declaração ref. ao item 1.2.6 do Anexo II deste Edital

- **ANEXO III – C** – Modelo de Proposta e Declaração de atendimento aos requisitos de formulação de proposta

- **ANEXO IV** – Minuta de Contrato (Condições contratuais)

- **ANEXO V** - Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto Licitado.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

1) A SÃO PAULO TURISMO S.A (SPTURIS), por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização da Diretoria Administrativa Financeira e de Relação com Investidores, sob a dotação orçamentária 06.10.23.695.3015.2.640.3.3.90.39.00, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com as Leis federais nº 10.520/02, 13.303/16, Leis complementares nº 123/06 e 147/14, Lei municipal nº 13.278/02 e Decretos Municipais nº 43.406/03, 44.279/03, 54.102/13, 54.829/14 e 56.475/15, com o Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS, e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2) O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O Sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET.

3) Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.

OBJETO

4) A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

5) Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação

Av. Olavo Fontoura, 1209 – Portão 35 – Parque Anhembi – São Paulo – SP – CEP 02012-021

E-Mail: licitacoes@spturis.com

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

dos termos deste Edital poderão solicitar os esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, dentro do prazo legal, preferencialmente pelo e-mail licitacoes@spturis.com. Os esclarecimentos serão estendidos a todos os licitantes adquirentes do Edital através da opção “mensagens”, dentro do site www.licitacoes-e.com.br.

5.1) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o interessado (potencial licitante) que não o fizer até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2) Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

5.3) Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail licitacoes@spturis.com

5.4) Documentos ou e-mails recebidos pela SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) após as 18:00h, serão considerados protocolados no dia posterior ao envio, em horário de expediente (09:00 às 18:00h).

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6) Os interessados deverão observar a data e o horário limite previsto para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na página 01 deste Edital.

REFERÊNCIA DE TEMPO

7) Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

8) Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e Anexos.

9) Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I – Vedações previstas no art. 38, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

II - Incluídos no cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - Estejam constituídos sob a forma de consórcio.

IV – de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

V – de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

VI – de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

10) O certame será conduzido pelo Pregoeiro. O Pregoeiro e a Comissão Permanente de Licitações terão, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Processar licitações, receber e responder a pedidos de esclarecimentos, receber e decidir as impugnações contra o instrumento convocatório;
- b) Receber, examinar e julgar as propostas, conforme requisitos e critérios estabelecidos neste instrumento convocatório;
- c) Desclassificar propostas nas hipóteses previstas na legislação e no Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS;
- d) Receber e examinar os documentos de habilitação, declarando habilitação ou inabilitação, de acordo com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório;
- e) Receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, não havendo a reconsideração da decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
- f) Dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos;
- g) Encaminhar os autos da licitação à autoridade competente para adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o vencedor para a assinatura do contrato;
- h) Propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação; e
- i) Propor à autoridade competente a aplicação de sanções relativas à fase interna da licitação.

11) Para acesso ao Sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o seu pré-cadastramento junto ao Banco do Brasil, devendo se dirigir a uma agência do Banco do Brasil - provedor do Sistema Eletrônico de Compras Licitações-E - e preencher os formulários próprios.

11.1) Os licitantes interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, atribuindo poderes

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “licitacoes-e”.

11.2) Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

11.3) A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico dentro do Portal “LICITAÇÕES-E”, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco.

11.4) É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

11.5) É vedado o credenciamento de um mesmo representante para duas ou mais empresas.

12) O credenciamento da empresa e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

13) A participação no Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço em data e horários previstos, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico.

13.1) O encaminhamento de proposta pressupõe **o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital**. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14) A validade da proposta será de, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

15) Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão e até a sua homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

16) Os licitantes deverão inserir suas propostas iniciais dentro do Sistema, observando a data e o horário limites para a “Abertura das Propostas”.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

16.1) Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, que **cumpra plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, conforme art. 21, § 2º do Decreto nº 5.450/05.**

16.2) O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei. A partir dessa declaração, o sistema faz o reconhecimento e abre um campo ao final da disputa para que o Pregoeiro convoque os licitantes que estejam indicados pelo Sistema.

16.2.1) Ao final da disputa de lances, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o Sistema deverá verificar se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ou seja, propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

16.2.2) Em caso positivo, a microempresa ou a empresa de pequeno porte em situação de empate será convocada a apresentar proposta de preço inferior àquela considerada, até então, vencedora da disputa, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

16.3) A declaração **falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às **penalidades** previstas neste Edital e na Legislação pertinente, sem prejuízo da adoção das medidas penais cabíveis.

16.4) Não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17) O licitante deverá informar no campo “Informações Adicionais” do Formulário Eletrônico da Proposta (tal formulário é disponibilizado para os fornecedores quando efetuam o “acesso identificado” no site www.licitacoes-e.com.br), **que atende plenamente as especificações dos serviços, de acordo com o Edital.** A falta dessa informação não acarretará a desclassificação do licitante, visto que a inserção de proposta no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br) indica que o licitante está ciente destas condições, não podendo alegar desconhecimento das informações contidas no Edital e de seus deveres, em nenhuma hipótese.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

17.1) O licitante poderá ratificar as informações constantes do campo “**Informações Adicionais**” do Formulário Eletrônico da Proposta, anexando arquivo em formato texto na opção “Anexos da Proposta” com todas as especificações e preços unitários propostos. Não é obrigatório anexar proposta para este Pregão Eletrônico.

17.2) É **VEDADA** A INCLUSÃO DE QUALQUER **IDENTIFICAÇÃO** DO LICITANTE NA PROPOSTA EVENTUALMENTE ANEXADA AO SISTEMA ‘licitacoes-e’. Caso o Pregoeiro verifique alguma identificação, tanto nas ‘informações adicionais’ quanto na eventual proposta anexada, o licitante será **DESCLASSIFICADO**.

18) A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

19) A partir do horário previsto no Sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

20) O Pregoeiro poderá desclassificar, fundamentadamente, ressalvado o exposto nos **itens 69 e 71** deste edital, as propostas que:

- I – Contenham vícios insanáveis;
- II – Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- III – Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação, ressalvada a hipótese de sigilo;
- IV – Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS); ou
- V – Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

20.1) Aceitabilidade da proposta: será desclassificada proposta final com preço global superior a **R\$ 1.783.382,53 (um milhão, setecentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta e três centavos)**.

21) Após a fase de “Classificação das Propostas”, o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

participar os licitantes que tiveram suas propostas classificadas.

22) Na etapa competitiva, que será aberta com o menor preço ofertado na fase de inserção de propostas, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao Sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

22.1) O Sistema eletrônico aceita e registra lances cujos valores forem inferiores ao último lance do próprio licitante ou de seus concorrentes.

22.2) Não serão aceitos pelo Sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

23) Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, o valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao Pregoeiro e aos demais licitantes.

24) O encerramento da etapa normal de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, sobre o início do modo randômico.

24.1) O tempo randômico é gerado pelo Sistema, não sendo possível ao Pregoeiro, ou a qualquer outra pessoa, sua administração.

24.2) Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o Sistema eletrônico encaminhará aviso de encerramento do modo normal da disputa, após o que transcorrerá período de tempo randômico (aleatório), que pode variar de 1 segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de disputa de lances.

25) Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexeqüíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do Sistema. Na tela será emitido um aviso e na sequência o Pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos licitantes.

26) O Sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

27) No caso de não haver lances na “Sessão Pública”, serão considerados os valores obtidos na etapa de “Abertura das Propostas”.

28) Ao final da sessão pública, o sistema informará a proposta de menor preço e seu autor, e o Pregoeiro convocará o licitante para apresentar documentos e proposta atualizada.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

29) Encerrada a sessão pública, deverá ser analisada a efetividade e exequibilidade da proposta, nos termos do art. 56, da Lei Federal nº 13.303/16.

30) Confirmada a efetividade da proposta que obteve o menor preço, o Pregoeiro deverá negociar com o licitante, podendo encaminhar contraproposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

31) Imediatamente (em até duas horas após a convocação), o licitante que ofereceu a melhor proposta deverá apresentar ao Pregoeiro, **por meio eletrônico (e-mail licitacoes@spturis.com)**, planilha –preenchida conforme Anexo III-C, assim como todos os documentos para habilitação, exigidos no Anexo II.

32) O licitante arrematante convocado pelo Pregoeiro deverá entregar **pessoalmente** (ou entregue por portador / correios), a referida Proposta detalhada (*na forma indicada no item “Forma de apresentação da Proposta”*) e os documentos listados no Anexo II deste Edital (além dos documentos e amostras que eventualmente estejam solicitados no Anexo I), em **originais ou fotocópias autenticadas por Tabelião** ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial (*Diário Oficial*) ou por membro da Comissão Permanente de Licitações (CPL) da SÃO PAULO TURISMO S.A (SPTURIS) (nesse caso, o interessado deverá fazer contato com a CPL, que procederá a autenticação dos documentos, e devolvê-lo ao licitante, que deverá **protocolar o envelope no SETOR DE PROTOCOLO da SÃO PAULO TURISMO S/A (SPTURIS)** (ao lado da Recepção da Sede Administrativa). A proposta e os documentos deverão **SER PROTOCOLADOS** no endereço constante do preâmbulo deste Edital, no SETOR DE PROTOCOLO, **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da data do encerramento da Sessão Pública do Pregão,**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

independentemente de comunicação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação do licitante, além das demais penalidades previstas neste Edital. O SETOR DE PROTOCOLO procederá o recebimento, com carimbo contendo data, horário e nome do responsável pelo recebimento.

32.1) O Pregoeiro poderá solicitar no **chat de mensagens aberto no Sistema, desde o encerramento da disputa até a efetiva homologação do processo licitatório**, a documentação das demais licitantes classificadas, obedecendo a ordem de classificação, para garantir a aquisição do objeto dentro das exigências do Edital. As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital, ficando de inteira responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das mensagens e dos resultados naquele Sistema até a homologação do certame.

33) No pressuposto de que todos os licitantes estejam obrigatoriamente habilitados para a disputa do certame, o Pregoeiro poderá, a seu critério, dispensar a apresentação da documentação através de fax/email, solicitando o envio da documentação que integrará, definitivamente, o processo (cópias autenticadas por Tabelião ou em original), ao licitante vencedor do grupo (lote), assim como aos demais convocados.

34) Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

35) A autoridade competente da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), observando-se o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas neste Edital.

36) Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarada VENCEDOR e, transcorridas as fases e os prazos legais, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

37) O acompanhamento dos resultados, mensagens do Pregoeiro, recursos e atas pertinentes a este edital DEVERÃO ser consultados no Sistema LICITAÇÕES-E (www.licitacoes-e.com.br).

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PELO LICITANTE CONVOCADO

38) O licitante vencedor da disputa e todos os demais que forem convocados pelo Pregoeiro através do sistema eletrônico 'licitacoes-e', deverão apresentar **a proposta DETALHADA e os documentos exigidos nos Anexos do Edital, conforme estabelecido nos itens 31 e 32**, devendo ser endereçados à Comissão Permanente de Licitações da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), conforme consta do preâmbulo do Edital, sendo que a proposta e as declarações devem ser emitidas pelo licitante em papel timbrado constando os dados da empresa, endereço completo, telefone para contato, e-mail, local e data de assinatura, nome do responsável legal e assinatura deste.

Atenção: Os documentos e proposta deverão ser entregues em envelope fechado e protocolados no SETOR DE PROTOCOLO da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) (ao lado da recepção da Sede Administrativa).

39) A proposta a ser entregue pelo licitante convocado deve estar **detalhada**, segundo o modelo do ANEXO III-C, em original, impresso em papel timbrado do licitante, sem rasuras e uma página por folha (admitida a impressão frente e verso), devidamente datada e assinada, com a respectiva identificação do signatário (representante legal da empresa ou procurador, desde que apresentada procuração – em original ou cópia autenticada - que lhe dê poderes para tal) e indicação do cargo de quem a assina, constando:

- a) Razão social, endereço completo, telefone, e-mail e n° do CNPJ;
- b) A especificação dos serviços e/ou materiais ofertados, observando as especificações e condições elencadas no **ANEXO I** do presente Edital, bem como a marca ofertada quando o Edital assim o exigir;
- c) O(s) valor(es) da **proposta final, contendo o(s) preço(s) unitário(s) e total(is), e ainda o preço global da proposta, em algarismos e por extenso (valor final após a disputa de lances), com no máximo duas casas depois da vírgula, sem arredondamento.**

Obs.: Quando exigido no Anexo III-C, deverá ser apresentada a planilha com o detalhamento de todos os custos diretos e indiretos, especificando encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, mão-de-obra, materiais, frete, lucro, enfim, todos os componentes de custo dos serviços necessários a adequada prestação do objeto de que trata este procedimento licitatório).

O preço global da proposta é o somatório dos preços totais de cada item.

- d) Deverá constar a forma de pagamento, de acordo com o Anexo I deste Edital, assim como a validade da proposta, de 60 (sessenta) dias a contar da sua entrega, o prazo de execução dos serviços e/ou a entrega de materiais (conforme Anexo I deste Edital), o prazo de garantia do material ou serviço (quando houver), nos termos preconizados neste Edital e em seus Anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

Obs.: Na hipótese de omissão na proposta de quaisquer das informações elencadas no item 39– alínea “d”, ficarão subentendidos os respectivos prazos definidos neste Edital.

40) A mera apresentação da proposta NO SISTEMA ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL – LICITAÇÕES-E (www.licitacoes-e.com.br) implicará na manifestação da sua **concordância em assumir inteira responsabilidade pela adequada e fiel execução do compromisso assumido**, dentro dos prazos estabelecidos e nos termos do presente Edital.

- 40.1) Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 40.2) Não serão aceitas propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- 40.3) Serão considerados inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor autorizado pela SPTURIS; ou
- II - valor do orçamento autorizado pela SPTURIS.

41) A proposta deverá seguir o modelo constante do ANEXO III - C deste Edital e a declaração de atendimento aos requisitos de formulação de proposta.

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

42) Os licitantes enquadrados nos regimes “Microempresa - ME” e “Empresas de Pequeno Porte - EPP” terão tratamento diferenciado e favorecido neste Pregão Eletrônico, conforme artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal nº 56.475/15;

42.1) Serão consideradas, para os efeitos deste Pregão, “Microempresas” e “Empresas de Pequeno Porte” aquelas sociedades empresárias, sociedades simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e empresários enquadrados nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

- 42.2) Para a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, os licitantes deverão declarar tal condição, mediante os meios disponibilizados pelo Sistema.
- 42.3) A não indicação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no campo apropriado da proposta eletrônica, acarretará no declínio da condição especial.
- 42.4) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas na legislação pertinente e, em especial, o disposto no item 59.3 deste edital, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 43) Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 43.1) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME's e EPP's sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, mesmo que entre elas existam preços ofertados por outras empresas.
- 44) Ocorrendo o empate, proceder-se-á na forma do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06:
- 44.1) – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- 44.2) – Não ocorrendo a manifestação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 44.3) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 45) Independente da condição especial de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a empresa melhor classificada deverá atender, na íntegra, a exigência dos itens **31 e 32** deste Edital.
- 46) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal** das empresas enquadradas como ME ou EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

efeito de certidão negativa, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, a critério do Pregoeiro.

46-A) Não se concretizando a contratação da micro empresa ou empresa de pequeno porte, a autoridade competente decidirá motivadamente pela revogação ou pelo prosseguimento da licitação.

46-A.1) Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte ter se sagrado vencedora da licitação, com o benefício do empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, poderão ser convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, desconsiderado o preço ofertado no primeiro empate, garantidos os mesmos prazos inicialmente concedidos. Não havendo o exercício do benefício do desempate por microempresa ou empresa de pequeno porte ou sua efetiva contratação, o objeto licitado poderá ser adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, nos termos do disposto no § 1º do artigo 45 da Lei complementar nº 123/06.

46-A.2) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ter se sagrado vencedora da licitação por ter sido desde logo a mais bem classificada, poderão ser convocadas os licitantes remanescentes, na ordem classificatória, para o prosseguimento do certame ou da contratação, conforme o caso, sem a aplicação do benefício do empate ficto. O Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

46-A.3) Aplica-se o disposto também às hipóteses de inabilitação de microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada.

46.1) A não-regularização da documentação, nos termos do item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

46.1.1) As sanções cabíveis são as estabelecidas para as hipóteses de descumprimento total das obrigações assumidas, nas Leis federais nº 13.303/16 e 10.520/02 e neste edital.

COOPERATIVAS

47) Se o licitante for cooperativa de trabalho, aplicar-se-á o disposto no Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 1, de 23 de janeiro de 2017, que alterou o Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5, de 25 de maio de 2015, em razão da Resolução do Senado federal nº 10, de 2016, que suspendeu a execução do inciso IV do art. 22 da Lei Federal nº 8.212/1991.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

47.1) As sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do “caput” do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, exceto quando vedada a sua participação em licitações e contratações, nos termos do § 1º do artigo 1º da Lei Municipal nº 15.944/13, poderão fazer jus aos benefícios concedidos pelo Decreto Municipal 56.475/15.

48) Nos termos da orientação firmada pela Receita federal do Brasil, a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo contribuinte individual que presta serviço a empresa ou a pessoa física por intermédio de cooperativa de trabalho é de 20% (vinte por cento) sobre o salário de contribuição definido pelo inciso III ou sobre a remuneração apurada na forma prevista no § 11, ambos do art. 28 da Lei nº 8.212/1991.

49) O presente edital obedece integralmente o acordado no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público do Trabalho e a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), homologado pelo MM. Juiz da 29ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos da Ação Civil Pública, Processo nº 2649/2002 e do Decreto Municipal nº 52.091/11, art 1º § 2º, I.

50) Os serviços devem ser prestados com absoluta autonomia dos cooperados em relação ao tomador de serviços.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

51) A disputa de lances no Sistema dar-se-á pelo **PREÇO GLOBAL**. No julgamento das propostas, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações técnicas e condições definidas no Anexo I deste, bem como as exigidas no presente Edital.

DOS RECURSOS

52) O licitante que desejar recorrer dos atos praticados nas fases de julgamento e verificação de efetividade dos lances ou propostas, e dos atos praticados na fase de habilitação, poderá fazê-lo em até 24 (vinte e quatro) horas após a decisão de habilitação (**definida no sistema licitacoes-e como “Declarada Vencedora”**), manifestando **obrigatoriamente sua intenção** de recurso com **registro da síntese** das suas razões, no **campo apropriado do Sistema (“acolhimento de recurso”)**. O Pregoeiro fará análise da **motivação** da intenção de recurso, procedendo então sua aceitabilidade ou cancelamento. O licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis após a intenção manifestada

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

no sistema, para apresentação das razões de recurso e igual prazo terão os demais licitantes para a apresentação das contrarrazões, contado do término do prazo da recorrente.

52.1) O encaminhamento do registro de intenção de recurso é possível somente por meio eletrônico (no campo “Acolhimento de Recurso” do Sistema LICITAÇÕES-E). Não será aceita manifestação fora do local determinado pelo sistema (“acolhimento de recurso”), ou seja, não será aceito por e-mail, telefone, pessoalmente ou via chat de mensagem ou qualquer outra forma de comunicação.

52.2) É assegurada vistas imediatas dos autos a qualquer interessado, após o Pregoeiro “declarar o vencedor”, alterando o status do licitante arrematante para “Declarado Vencedor” no Sistema eletrônico www.licitacoes-e.com.br .

53) A falta de manifestação **motivada** da intenção do recurso no Sistema (“Acolhimento de Recurso”), no prazo máximo de 24 horas a partir da decisão de habilitação (com a Declaração do Vencedor no sistema licitacoes-e), quando se abre o prazo para manifestação (conforme indicado no item 52), importará a decadência do direito de recurso.

54) Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

55) Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

56) As razões de recurso ou de contrarrazões de que trata o item 52 deverão ser endereçados à Avenida Olavo Fontoura, 1209 – Portão 35 – Parque Anhembi – Santana, São Paulo – SP, A/C Comissão Permanente de Licitações.

57) Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

58) O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

59) O descumprimento das obrigações estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação vigente, sujeitará o licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 **PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5**

- 59.1) Advertência, que poderá ser aplicada ao licitante que, sem justo motivo, tumultuar ou causar transtornos ao andamento do procedimento licitatório, desde que a gravidade da sua conduta não recomende a aplicação de penalidade mais grave.
- 59.2) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa injustificada em assinar o Contrato.
- 59.2.1) O prazo para assinatura do contrato, contado da data de convocação da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), será de 02 (dois) dias úteis.
- 59.2.2) Incide na mesma pena o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar a documentação exigida no certame, dar causa ao retardamento na execução do objeto licitado ou não manter a proposta ofertada, sem prejuízo da reparação dos eventuais danos causados à SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS);
- 59.3) Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) pelo prazo de até 02 (dois) anos, aplicadas à empresa ou aos profissionais, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, quando houver, em especial:
- 59.3.1) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 59.3.2) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 59.3.3) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.
- 59.4) A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente o dano causado à SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS).
- 59.5) A aplicação de penalidade não exclui a possibilidade de inabilitação ou de rescisão administrativa do Contrato, garantidos o contraditório e a defesa prévia.
- 59.6) Eventuais penalidades pecuniárias, aplicadas à CONTRATADA após o devido procedimento, poderão ser ressarcidas por meio de compensação, descontando-se de pagamentos vincendos que a CONTRATADA tenha a

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

receber da CONTRATANTE, seja no âmbito do presente contrato ou de quaisquer outros que mantenha com a CONTRATANTE, ou poderão ser descontados da garantia prestada, nos termos da cláusula nona, se houver, ou, ainda, ser cobrado administrativa ou judicialmente.

- 59.7) O prazo da Suspensão Temporária de Participação em Licitações e Impedimento de Contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.
- 59.8) Será remetida à Secretaria Municipal de Gestão – Seção de Cadastro de Fornecedores, cópia do ato que aplicar a penalidade de Suspensão Temporária de Participação em Licitações e Impedimento de Contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), a fim de que seja averbada a penalização no cadastro municipal de fornecedores.
- 59.9) A aplicação das penalidades será precedida da concessão dos prazos estabelecidos em lei para apresentação de defesa prévia e de recurso, a contar da intimação de cada um dos atos, oportunidade em que será aberta vista do processo aos licitantes e demais interessados.

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

60) Homologada a licitação pela autoridade competente, a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) convocará regularmente a adjudicatária para assinar e retirar o respectivo Termo Contratual, ou o seu substitutivo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

60.1) A assinatura do contrato deverá ser precedida de reunião entre o gestor e o fiscal do contrato, com o representante de eventuais prepostos da contratada, devendo a ata da respectiva reunião ser juntada nos autos do processo de compras.

60.2) Exceto nas hipóteses de contratos com cessão de mão de obra, a reunião precursora pode ser afastada por manifestação formal do gestor nos autos, ratificada pela Diretoria da área contratante.

61) Por força do disposto na Lei Municipal nº 14.094/05 e no Decreto Municipal nº 47.096/06, a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) está impedida de contratar, e efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal - CADIN. Será verificada no site <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> se a empresa vencedora está inscrita no CADIN - Cadastro Informativo Municipal - da Prefeitura Municipal de São Paulo. O mesmo procedimento será efetuado pela Gerência de Controladoria a cada pagamento.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

62) Todas as condições contratuais estão dispostas no Anexo IV - Minuta do Contrato.

62.1) O objeto a ser contratado não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação.

62.2) Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data limite para a apresentação da proposta ou do orçamento a que esta proposta se referir, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual com base no Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF 389, de 18/12/17.

63) No ato da assinatura do Termo Contratual, o licitante vencedor obriga-se a prestar uma garantia, com vigência por todo o período da contratação, relativa à 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória, desde que cumprida integralmente a obrigação contratualmente avençada.

63.1) A modalidade de garantia contratual a ser prestada, dentre uma das admitidas no art. 70 da Lei nº 13.303/16 e art. 165 § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS, deverá ser capaz de cumprir todos os fins previstos, ou seja, será utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato e/ou multas aplicadas à CONTRATADA.

63.2) O contratado deverá reelaborar e apresentar à SPTuris, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor, para fins do disposto na cláusula sétima do Contrato.

DISPOSIÇÕES FINAIS

64) No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o Sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.

65) A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no Sistema para conhecimento dos licitantes da licitação.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

66) O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

67) É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, promover diligências com vistas a esclarecer, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, ou a complementar a instrução do processo.

68) Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/ inabilitação.

69) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

70) Deverá o licitante fazer constar na proposta o endereço eletrônico oficial, no qual o licitante ou CONTRATADA será considerada validamente notificada, bem como os dados oficiais de sua titularidade. O não fornecimento dos dados não implicará em desclassificação.

71) As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

72) As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas através do Sistema Eletrônico de Compras, na página correspondente à licitação, e poderão ser estendidas aos licitantes por qualquer outro meio de comunicação ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

73) Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário, por despacho motivado, se, após ou durante a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

74) Os licitantes devem tomar conhecimento do Código de Conduta e Integridade da São Paulo Turismo S/A, disponível na página de Governança Corporativa do sítio eletrônico <http://www.spturis.com.br/transparencia/>, e se abster de adotar condutas que resultem na violação do referido Código.

75) Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

Paulo Rogerio de Almeida
Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
São Paulo Turismo S.A.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

LOTE 1 (ÚNICO)

1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do **Projeto Especial de Iluminação Natalina**, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”.

1.1 - Todos os materiais e serviços decorativos, de instalação e uso em montagem, manutenção e desmontagem são de responsabilidade da CONTRATADA, sendo assim, nos serviços, conforme aqui relacionados, deverão estar incluídos os fornecimentos de todo Material de Iluminação, Adornos Natalinos, Mão de obra (comum e/ou especializada, utilizada para montagem, vistoria, manutenção, segurança e desmontagem), Materiais e Equipamentos de Uso Temporário (Elementos Metálicos, elementos de fixação suportes, abraçadeiras, etc.) e Ferramentas, além da disponibilização e operação de todos os Equipamentos de Apoio à Montagem (andaimos, plataformas, escadas, etc.), de acordo com estas Especificações.

Especialidade da empresa: Equipamentos para iluminação de eventos, cenografia, organização de feiras e eventos ou serviços de manutenção elétrica e iluminação.

2 - APRESENTAÇÃO DE PROJETO

As descrições contidas nas especificações a seguir, referem-se às especificações básicas para a decoração do local, e deverão ser utilizadas como base pela CONTRATADA, para apresentar Projeto à CONTRATANTE com desenho/imagem perspectiva da decoração a ser realizada, para a devida aprovação. O projeto deverá levar em conta as especificidades, condições técnicas e a arquitetura do local e observar o tema natalino. O objetivo da entrega de projeto é permitir a visualização do que será o resultado final da decoração com a solução adotada, utilizando-se como base a lista de material proposta.

2.1 -Prazo para apresentação do projeto – em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

Prazo para aprovação do projeto pela Contratante – até 02 (dois) dias úteis após o recebimento.

Caso não seja aprovado pela Contratante, o projeto será devolvido à Contratada acompanhado das correções a serem efetuadas. Eventuais alterações e/ou correções deverão ser providenciadas e o projeto alterado entregue em até 01 (um) dia útil da devolução pela SPTuris.

Caso não sejam cumpridas as correções, o contrato será rescindido e serão aplicadas as devidas penalidades.

Caso seja aprovado tecnicamente de acordo com as exigências estabelecidas neste Edital, o projeto será utilizado como referência para a realização da montagem.

2.2 - Vistoria Técnica Facultativa: É facultativo para elaboração da proposta, realizar visita técnica aos locais abrangidos pela contratação, onde será possível verificar “in loco” as condições para implantação do serviço.

A Vistoria poderá ser realizada mediante prévio agendamento no telefone (11) 2226-1545 com Srta. André da Matta. O agendamento e a vistoria deverão ser feitos ANTES da data da disputa de lances.

A licitante, ao participar do certame, reconhece que possui pleno conhecimento do objeto licitado, local da prestação dos serviços e condições para a plena execução dos serviços a serem contratados, das condições do referido local, as suas instalações, as estruturas existentes a serem incorporadas ao sistema, os espaços físicos e as medidas, as características e as necessidades do serviço que será prestado, bem como os elementos que possam interferir direta e/ou indiretamente na avaliação do objeto da presente licitação, sendo que não poderá alegar futuramente desconhecimento das condições locais, se foi omissa na verificação do local da prestação do serviço

3 - DO PRAZO DOS SERVIÇOS

3.1 - Montagem: A montagem deverá ter início a partir do dia subsequente à aprovação do projeto pela Contratante (estimativa 27/11/2020).

3.2 - Entrega: O prazo de conclusão da montagem será até as 18hs do dia 03/12/2020.

3.3 - Manutenção: O período de manutenção será a partir da data de conclusão da fase de instalação até o dia 06/01/2021.

3.4 - Desmontagem: O prazo de conclusão da desmontagem será a partir do dia 07/01/2021 – 00h01 até as 23h59 do dia 08/01/2021.

3.5 – O prazo de execução será de 27/11/2020 a 10/01/2021 e o prazo de vigência será até o dia 10/02/2021.

4 - DESCRIÇÃO BÁSICA DA MONTAGEM

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

Escopo: Iluminação decorativa aérea, postes e de piso/parede realçando as formas arquitetônicas das vias do perímetro do denominado “Triângulo SP” e áreas adjacentes.

Ruas para Decorações e Iluminações Aéreas

1. Rua Libero Badaró e R. Boa Vista (decoração de 84 postes históricos);
2. Rua São Bento;
3. Rua José Bonifácio;
4. Rua Direita;
5. Rua da Quitanda;
6. Rua do Tesouro;
7. Rua Álvares Penteado;
8. Rua Dr. Miguel Couto;
9. Rua João Bricola;
10. Rua Três de Dezembro;
11. Rua do Comércio;
12. Rua Barão de Paranapiacaba;
13. Rua Quintino Bocáiuva (decoração de 04 postes históricos);
14. Rua Senador Paulo Egídio;
15. Rua São João (decoração de 06 postes históricos);
16. Viaduto do Chá (decoração de 16 postes históricos).

Obs.: As quantidades por local são referência para dimensionamento, sendo que poderão ser alteradas / remanejadas ao critério da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá apresentar projeto, com perspectiva da decoração a ser utilizada que deverá ser composta por elementos iluminados, no quantitativo mínimo abaixo:

- **01 (um) Pórtico e Decoração da Marquise: PRAÇA PATRIARCA;**
- **16 (dezesesseis) Elementos decorativos de chão;**
- **110 (cento e dez) Adornos para Postes Históricos;**
- **70 (setenta) Elementos tipo Galhardete; A CONTRATADA deverá utilizar no projeto, no máximo: 03 modelos diferentes de galhardetes;**
- **80 (oitenta) Tubos de LED para decoração;**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

- **40 (quarenta) Árvores Naturais da região Iluminadas;**
- **01 (uma) Iluminação do Jardim (parte central da calçada do Ed. Martinelli – av. São João)**

Para instalação aérea (material independente da quantidade necessária para compor os itens anteriores):

- **300 (trezentas) Lâmpadas Estroboscópicas – Mini-strobo;**
 - **600 m (seiscentos metros) de Mangueira de LED;**
 - **4.000m (quatro mil metros) de Cordão de LED.**
- a) Todo material deverá ser de uso externo, resistente a intempéries - IP65;
- b) A montagem deverá ser realizada por equipe com experiência e qualificação para trabalho em altura e com todo equipamento de segurança;
- c) Após a colocação dos materiais decorativos, a CONTRATADA deverá proceder à implantação elétrica necessária com interligação das decorações através de quadros de energia; e a tomada de força através de cabos apropriados nos pontos indicados pela CONTRATANTE, na rede de Iluminação Pública, para energização dos sistemas;
- d) Existem cerca de 12 pontos para energização dos sistemas no perímetro do evento, próximos as ruas a serem decoradas. Suas localizações serão informadas para o Contratado;
- e) A energização de todos os elementos deve ser aérea;
- f) Quando da montagem, as áreas de trabalho deverão ser sinalizadas por meio de cones, placas de aviso, grades, cordas, cavaletes etc, devido o fluxo de pessoas/veículos no local.

5 - ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS QUE DEVEM SER FORNECIDOS NAS INSTALAÇÕES E FORMA DE SUSTENTAÇÃO

Nas descrições onde constar opção de material ou de forma de instalação caberá a CONTRATADA a escolha por uma ou outra, dentre as mencionadas.

(5.1) - Pórtico PRAÇA PATRIARCA e decoração da Marquise:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5



Imagens Referência

Descrição Técnica:

Projeto cenográfico para a marquise e estrutura de trave existente, sendo:

(5.1.1) - DECORAÇÃO DA ESTRUTURA EM FORMA DE TRAVE

Iluminação em linhas de micro led 3000k out door plug in /out ip65, 220volts, aplicados em quadros de alinhamento vertical e horizontal de metalon alimentados por cabo pp 2x 2.5mm, caixa de proteção aterramento e foto célula para acionamento; a distância entre os cordões deverá ser de, no máximo 15cm, **conforme imagem de referência.**

(5.1.2) - 02 OBJETOS GIGANTES ILUMINADOS DE MOTIVOS NATALINOS SOBRE A TESTEIRA DA TRAVE; medida aproximada 2m. de altura cada objeto.

(5.1.3) - ILUMINAÇÃO

Av. Olavo Fontoura, 1209 – Portão 35 - Parque Anhembi – São Paulo – SP – CEP 02012-021
E-Mail: licitacoes@spturis.com

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

- 06 (seis) moving lights tipo spot outdoor (ip65) com, no mínimo, 1.000 watts cada, ao longo do comprimento da testeira, com globos coloridos em motivos natalinos projetados sobre os prédios vizinhos.

Cabeamento completo de sinal DMX e A/C, abrangendo todo o equipamento e as distâncias envolvidas.

OBS: Para esta montagem a CONTRATADA deverá utilizar equipamento de plataforma elevatória articulada com alcance horizontal de no mínimo 10 metros, que possa trabalhar pelos dois lados, sem apoiar diretamente na cobertura.

Caberá à Contratada garantir a estabilidade e segurança dos objetos decorativos, mediante fixação (utilização de cabos de aço, lastros e contrapeso, ou seja, bases de concreto ou caixas de água) e aterramento referente a todos os elementos utilizados.

(5.1.4) - MARQUISE:

Iluminação da arquitetura da marquise com tamanho em projeção de 20x23,85m, em toda a extensão da cobertura superior externa; Iluminação em linhas de micro led 3.000k out door plug in /out ip65, 220volts e linhas de micro led 6.000k out door plug in /out ip65, 220volts, aplicados em quadros de alinhamento vertical e horizontal de metalon alimentados por cabo pp 2x 2.5mm, caixa de proteção aterramento e foto célula para acionamento; a distância entre os cordões deverá ser de, no máximo 15cm; Cascata de led em toda a volta (perímetro) da MARQUISE, com micro led 3.000k out door plug in /out ip65, 220volts e e micro led 6.000k out door plug in/out ip65;

OBS: pé direito da MARQUISE do lado voltado para o Viaduto do Chá de 2,70m; pé direito do lado oposto= 5,0m.

(5.2) - Elementos decorativos de chão:

Descrição Técnica: Elemento central de piso com decoração em 3D tipo Arvore de Natal com eixo central ou arvore com pétalas de LED ou outra figura de tema Natalino. **Dimensões:** 3,5 metros de altura e 2,00 m de largura aproximadamente. Confeccionado em estrutura de ferro circular com camada protetora como pintura, cromeação ou galvanização. A decoração deve ser composta por no mínimo 6.000 LEDs em branco e amarelo, em cada adorno com efeitos pisca ou troca de cor e com elementos iluminados de tema natalino (bolas, laços etc.). O efeito estético deve ser diurno e noturno.

Forma de Sustentação: Base em concreto para fixação do eixo metálico com suporte para 04 parafusos chumbadores de 25 cm.

(5.3) - Adornos para Postes Históricos;

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

Descrição Técnica: DECORAÇÃO METÁLICA ILUMINADA DE LED - Instaladas nos postes antigos de iluminação pública, peças decorativas DE MOTIVOS NATALINOS em estrutura metálica com iluminação de mangueiras luminosas de Led contornando e iluminando todo o desenho, destacando a decoração.

Estrutura metálica com pintura automotiva e Iluminada com LED em cores a escolher. Aplicação de iluminação em led de alto brilho em seu contorno externo para destaque e valorização da peça. Voltagem: 220V. Dimensão mínima: 1,20m x 0,60m

Forma de Sustentação: Fixos através de presilhas plásticas ou metálicas aos postes existentes próximas ao ponto da luminária. A CONTRATADA deverá utilizar no projeto, no máximo: 03 modelos diferentes de decoração para postes.

(5.4) - Elemento tipo Galhardete;

Descrição Técnica: Elementos para serem instalados junto às paredes da via nos limites entre os imóveis, elevados a 3,5m de altura através de suporte sobre base de fixação com hastes para visualização da parte decorativa. Feitos em estrutura metálica 2D com aplicação de iluminação em LED de alto brilho em seu contorno externo para destaque e valorização da peça. Figuras de tema natalino. O efeito estético deve ser diurno e noturno. A CONTRATADA deverá utilizar no projeto, no máximo: 03 modelos diferentes de galhardetes.

Forma de Instalação: Deverão ser instalados em distância de 10 metros entre si, intercalados entre as calçadas esquerda e direita das vias, permitindo, à distância, o efeito de visualização do conjunto.

(5.5) - Tubos de LED

Descrição Técnica: Tubos de Led com efeito de cascata de luzas (snow-leds) deverão ser em acrílico transparente com no mínimo 50 centímetros de comprimento, equipados internamente com de Leds 0,2W brancos de alto brilho distribuídos nas duas faces, e dispositivo de acendimento sequencial integrado ao conjunto, tensão 220 V.

Forma de Instalação: Deverão ser instalados de 03 em 03 unidades (centro e ambas laterais) em linhas de elementos aéreos sortidas complementando os elementos aéreos, observando a composição estética.

(5.6) - Árvores Naturais da região Iluminadas

Descrição Técnica: A instalação consiste na decoração de troncos e galhos de árvores naturais com o uso de cordões de micro lâmpadas de LED e de lâmpadas estroboscópicas, cuja fixação deve ser feita com uso de abraçadeiras plásticas (do tipo fita hellermann ou similar), garantindo a integridade das árvores. A iluminação deverá atingir até os pontos extremos dos galhos, os pontos de abertura das galhadas até em

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

média 05 metros de altura. A instalação deverá ter início a 70 cm do chão para evitar danos causados por animais. Deverão ser instaladas em cada árvore no mínimo 3.000 micro-lâmpadas de Led com a junção de 10 cordões com no mínimo 300 leds cada e no mínimo 08 lâmpadas estroboscópicas de 6W (mini-strobos). Cores: As árvores deverão seguir o mesmo padrão de decoração e de cor. A cor predominante dos leds deverá ser o Branco Morno – temperatura de cor 2.700 a 3.200K (cor idêntica a de micro lâmpadas incandescentes).

(5.7) - Iluminação do Jardim (parte central da calçada do Ed. Martinelli – av. São João)

Descrição Técnica: O jardim central deverá receber no seu perímetro iluminação cênica de projetores focais em carcaça metálica, blindados, em LED 10W na cor âmbar para as copadas dos coqueiros (no mínimo 08 refletores). As vegetações baixas e ao redor de todo o gradil de proteção deverão receber linhas de cordões de luz micro led 3.000k out door plug in /out ip65, 220volts E micro led 6.000k out door plug in/out ip65 cujo efeito será cortina de luzes. Na parte central da face para a Rua Libero Badaró deverá ser instalado adorno em estrutura metálica iluminada com a inscrição “Feliz Natal”.

(5.8) - Lâmpadas Estroboscópicas – Mini-strobo;

Descrição Técnica: As lâmpadas estroboscópicas devem ser de potência mínima de 6W, diâmetro 75mm, frequência de flashes de 600 por minuto, luz na cor branca, tensão de 220V, interligadas através de cabo antichama.

Forma de Instalação: Instalados através de cabo de aço atravessando a via a cada 5,0 metros. O espaçamento entre cada lâmpada deve ser de no máximo 1,0 metro para obtenção do efeito desejado (céu estrelado) com a quantidade de flashes nas vias indicadas.

(5.9) - Mangueira de LED;

Descrição Técnica: Mangueira de PVC puro e maciço, diâmetro de 13,0mm, com 36 LEDs de alto brilho por metro, potência de 5W por metro, funcionamento em voltagem 220V. Cores variadas, entre amarelo, branco, azul, vermelho e verde, conforme especificado no projeto apresentado.

Forma de Instalação: Instalados através de cabo de aço atravessando a via em zigue-zague. O espaçamento entre cada lance deve ser de no máximo 10 metros e seguir o mesmo padrão pela extensão da rua. O efeito deverá ser de colorir e valorizar a via.

(5.10) - Cordão de LED;

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

Descrição Técnica: Os conjuntos de micro lâmpadas de Led, devem ser de ligação contínua (para manter a sequência funcionando mesmo com a quebra ou queima de algum led) comprimento aproximado de 20 metros cada, espaçamento de 2 polegadas entre os leds, fios condutores resistentes de no mínimo 2 mm², com revestimento anti-chama translúcido na cor marrom (a fim de reduzir-se o efeito visual diurno quando instalados em troncos de árvores), tensão 220V, ter proteção contra entrada de água na base de cada diodo e equipados com conectores terminais de emenda com dois pinos de contato e guia de polaridade. 300 Leds por conjunto. Obs: **Com o objetivo de oferecer uma unidade visual a CONTRATADA deverá utilizar no projeto, no máximo: 03 modelos diferentes de cordões de LED.**

Forma de Instalação: Instalados em trançados de 3 fios sobre os cabos de sustentação, complementando a decoração da via e em zigue-zague em via, conforme especificado no projeto apresentado.

6 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Equipes: A Contratada deverá designar equipes de instalação aptas a concluir a instalação no prazo previsto neste caderno, sendo que deverá disponibilizar, no mínimo 03 equipes de instalação que deverão atuar simultaneamente.

Cada equipe deve ser composta por no mínimo 05 (cinco) profissionais sendo:

01 *(um) eletricista

04 *(quatro) montadores/ajudantes

(*) Quantidades mínimas exigidas para a prestação do serviço. A Contratada deverá aumentar o efetivo, se necessário, de forma a cumprir os prazos de conclusão. Desta eventual complementação, não caberá nenhuma remuneração ou complementação de pagamento decorrente de tal necessidade

Todos os profissionais das equipes deverão ser devidamente qualificados, habilitados com experiência em iluminação decorativa; treinados para a execução de trabalhos em altura e estarem equipados com todas as ferramentas e com a disponibilidade de todos os equipamentos de apoio a montagem que se fizerem necessários.

O profissional eletricista será responsável pela execução das instalações elétricas, possuindo comprovadamente capacitação no curso NR-10, com experiência em iluminação pública e trabalho em altura.

6.2 Acionamento: A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo acionamento e desligamento diário dos locais e pontos decorados, prevendo dispositivos de acionamento automático, onde possível, ou mesmo disponibilizando equipe para a execução do

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

serviço. O fornecimento da energia elétrica necessária ao funcionamento da iluminação será de responsabilidade da Prefeitura do Município de São Paulo.

6.3 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO

Coordenador Geral: A Empresa Contratada, durante todo o período de desenvolvimento dos serviços de instalação, manutenção e desmontagem, deverá designar, para manter a frente dos trabalhos, pelo menos 01 (um) Coordenador Geral, com atribuições de Preposto da Empresa e plenos poderes para realização da gestão do Contrato.

Este Coordenador Geral deverá estabelecer e manter a comunicação permanente com os representantes da São Paulo Turismo.

6.4 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

6.4.1 – Durante o período de exposição, a CONTRATADA será acionada pela CONTRATANTE via telefone ou e-mail (mensagem eletrônica), caso seja constatada anomalia em qualquer instalação ou equipamento contratado. A manutenção consiste em reposição e/ou reparo de qualquer elemento do projeto cenográfico, inclusive em casos de danos causados por fenômenos naturais. A CONTRATADA terá prazo de 24 horas para correção da anomalia apontada.

6.4.2 - Todos os custos de eventuais correções serão de responsabilidade da CONTRATADA

6.4.3. - A cada serviço de manutenção executado, a CONTRATADA deverá fotografar e encaminhar via aplicativo de mensagem para endereço eletrônico específico da Contratante para essa finalidade, como comprovação do serviço. O procedimento de envio/recebimento de imagens será estabelecido após a contratação.

6.5 - SERVIÇOS DE DESMONTAGEM

O desligamento de todo o sistema deverá acontecer no dia 07/01/2021.

Para a execução de Desmontagem das instalações realizadas, a CONTRATADA deverá apresentar o mesmo padrão de serviços e quantidade de equipes utilizadas durante a montagem.

Durante o processo de desmontagem, A CONTRATADA deverá observar todos os critérios técnicos e prudência necessária de forma a preservar a integridade das árvores e a limpeza dos locais.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

6.6 - BASE OPERACIONAL

Para a garantia de uma perfeita execução e manutenção de serviço, a contratada, deverá manter base operacional em cidade cujo centro diste no máximo 100 (cem) quilômetros do marco zero (centro) da cidade de São Paulo, com equipe e material sobressalente para reposição e reparos, durante a vigência do Contrato.

6.7 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Para o planejamento, acompanhamento de execução, a segurança das instalações e a emissão de documentos, a CONTRATADA, deverá possuir um Engenheiro ou Arquiteto Responsável Técnico que emitirá Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT).

6.8 - NORMAS DE INSTALAÇÃO

A CONTRATADA deverá seguir as Normas de Instalação para decoração Natalina em postes e através da rede IP (Iluminação Pública) e da rede de baixa tensão, quanto às técnicas e materiais a serem utilizados nas instalações conforme “Manual de instalação temporária de Natal” elaborado pela ILUME.

6.8.1 - A SPTuris fornecerá à licitante vencedora do certame, cópia do referido manual via e-mail (mensagem eletrônica), imediatamente após a declaração de Vencedor no sistema do Pregão.

O projeto elétrico deverá ser submetido à ILUME, com intermediação da SpTuris, antes do início da instalação.

6.9 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM

É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de ferramentas, equipamentos, e todo material de instalação e de uso em montagem, manutenção e desmontagem como **toda demanda de cabeamento elétrico**, terminais, relês foto-sensíveis, fitas isolantes, quadros de energia, disjuntores do tipo D.R., presilhas, ferramentas, escadas, plataformas elevatórias manuais ou elétricas, guindastes, munks, sinalização por meio de cones, placas de aviso, grades, cordas, cavaletes, etc, entre outros necessários para a perfeita execução dos serviços contratados, sem custo adicional à Contratante.

Todos os materiais deverão estar de acordo com a legislação vigente, sendo que todo o cabeamento elétrico utilizado deverá ser tipo PP (2 condutores com isolamento individual e cobertura total) de bitola 2 x 2,5mm **ou maior**, de acordo com a demanda de carga.

7 - CONDIÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

1. **PLANO DE AÇÃO** - A CONTRATADA deverá desenvolver um Plano de Ação para Montagem e apresentá-lo para a aprovação da CONTRATANTE, em até 02 (dois) dias após assinatura do contrato. O plano de ação deverá conter um cronograma das ações que serão empreendidas pela futura contratada considerando as exigências deste Edital. Tais ações demonstrarão para a SPTuris a data de início da montagem, as etapas dessa montagem, a mobilização da mesma incluindo-se aqui os quantitativos de recursos humanos e materiais.
2. **UTILIZAÇÃO DE EPI's (Equipamentos de Proteção Individual)** - Caberá a CONTRATADA garantir a utilização dos EPIs a todos os seus prestadores de serviços que ocuparem os postos a que se refere este objeto respeitando ao estabelecido na legislação vigente, em especial o disposto nas NR-6 e NR-10 bem como o uso do crachá de identificação dos trabalhadores, nos termos da IN 03/97 do MTE.
3. A CONTRATADA deverá atender às Normas Técnicas vigentes e em especial o aterramento previsto na norma ABNT NBR 5410 no serviço.
4. A CONTRATADA é responsável pela emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) da estrutura cenográfica assim como ART de içamento guindastes e munks, em caso de utilização destes equipamentos. Sempre que solicitada a ART ou RRT deverá ser apresentada válida eletronicamente e com cópia do CREA/CAU do Profissional Responsável.
5. A CONTRATADA providenciará, sempre que solicitado, a emissão de atestados, declarações e toda a documentação relativa aos equipamentos/serviços para a viabilização dos eventos junto aos órgãos fiscalizadores e competentes como SEGUR, Corpo de Bombeiros, CET e etc. como: Atestado de estabilidade e Laudo Técnico de Desempenho do sistema de Proteção Contra Descarga Elétrica Atmosférica. Toda a documentação deverá ser entregue de acordo com prazo solicitado pela CONTRATANTE.
6. A CONTRATANTE poderá proceder, a título de diligência, vistoria nas dependências da empresa contratada, para comprovar as que possuem estrutura e disponibilidade de equipamentos suficientes, nos termos da proposta apresentada, para atender o objeto.
7. O instrumento estará vigente até o dia 08/02/2021. O período abrange uma das obrigações da Contratada relacionada com a emissão da fatura nos termos do edital e/ou medição

8 – PROJETO EXECUTIVO

A Contratada deverá encaminhar o projeto detalhado de todos os componentes e estruturas a serem utilizadas incluindo perspectivas (desenho/imagem em 3D das estruturas) a fim de demonstrar a adequação das estruturas ao caderno técnico e o

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

atendimento de todas as exigências estabelecidas. O projeto deverá estar de acordo com as especificações técnicas e estará sujeito a aprovação e fiscalização. Em caso de inexecução parcial, total ou falhas estará sujeito as sanções administrativas.

DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA EM ATÉ 02 (DOIS) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO

1. Declaração assinada pelo representante legal da empresa, de que os colaboradores envolvidos na prestação do serviço possuem com ela, relação jurídica válida no que concerne ao atendimento das legislações trabalhistas e civis aplicáveis.
2. Declaração assinada pelo representante legal da empresa informando que os profissionais envolvidos na execução contratual estão aptos a realização dos serviços.
3. Certificados individuais emitidos por instituições do Sistema Oficial de Ensino, que pelo menos dois funcionários de sua equipe possuam o curso previsto no item 10.8 da NR10.
4. Declaração assinada pelo representante legal da empresa, informando o endereço onde funcionará a base operacional da empresa Contratada.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Apresentar sempre que solicitado declaração assinada pelo representante legal da empresa, de que os colaboradores envolvidos na prestação do serviço possuem com ela, relação jurídica válida no que concerne ao atendimento das legislações trabalhistas e civis aplicáveis.
2. Apresentar sempre que solicitado declaração assinada pelo representante legal da empresa informando que os profissionais envolvidos na execução contratual estão aptos a realização dos serviços.
3. Apresentar sempre que solicitado certificados individuais emitidos por instituições do Sistema Oficial de Ensino, que pelo menos dois funcionários de sua equipe possuam o curso previsto no item 10.8 da NR10.
4. Apresentar sempre que solicitado declaração assinada pelo representante legal da empresa, informando o endereço onde funcionará a base operacional da empresa Contratada.
5. Executar fielmente o ajustado, prestando os serviços descritos deste Anexo, de acordo com o Edital e a proposta apresentada na licitação, estipulados neste instrumento, em perfeitas condições de uso para o fim a que se destinam.
6. Prestar à São Paulo Turismo S.A., sempre que necessário, esclarecimentos sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos.
7. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

8. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como impostos, taxas, contribuições previdenciárias, trabalhistas, de FGTS; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na presente contratação, inclusive as despesas decorrentes de alimentação, transporte, assistência médica e de pronto-socorro que forem devidas a sua equipe.
9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou parte, o objeto do Contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais e mão-de-obra empregada na montagem e durante o transcorrer de cada um dos eventos, sem comprometer o andamento do evento. Se as falhas e defeitos forem corrigidos pela CONTRATADA, no prazo suplementar estipulado, concedido a critério da CONTRATANTE, será afastada a aplicação de penalidade.
10. A CONTRATADA fornecerá toda a supervisão, direção técnica e administrativa e mão de obra qualificada necessária à execução dos serviços contratados, bem como também, todos os materiais e equipamentos ofertados em sua proposta comercial.
11. A CONTRATADA facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização da CONTRATANTE, provendo o fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente as observações, exigências, recomendações técnicas e administrativas por ela apresentadas.
12. A CONTRATADA providenciará a retirada imediata de qualquer trabalhador seu, cuja permanência seja considerada inconveniente para a adequada prestação dos serviços.
13. A CONTRATADA indicará o responsável técnico pela execução dos serviços deste Contrato e o preposto que o representará na prestação dos referidos serviços, para receber as instruções, bem como propiciar à equipe de fiscalização da CONTRATANTE, toda a assistência e facilidade necessárias ao bom e adequado cumprimento e desempenho de suas tarefas.
14. A CONTRATADA deverá também se responsabilizar por seguro contra incêndio, roubo, furto e acidentes que porventura possam ocorrer com equipe, equipamentos e terceiros, em sinistros decorrentes da execução do objeto do contrato, inclusive seguro de responsabilidade civil e danos a terceiros, isentando a CONTRATANTE de qualquer indenização ou ressarcimento.
15. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do Contrato. Não exclui ou reduz essa responsabilidade a fiscalização efetuada pela Gerência de Eventos da CONTRATANTE.
16. O descumprimento das normas trabalhistas, de FGTS e previdenciárias pertinentes aos contratos de trabalho envolvidos na prestação dos serviços a que se relaciona a presente contratação, poderá dar ensejo à retenção dos valores devidos à CONTRATADA, inclusive a garantia prestada.
17. Manter seu pessoal uniformizado durante a execução do serviço, identificando-os através de crachás constando a função e data de admissão e número do

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20

PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

- PIS/PASEP, nos termos do art. 5º da IN MTE 03/97, com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual - EPI's quando obrigatórios.
18. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus trabalhadores acidentados ou com mal súbito, comunicando os acidentes do trabalho ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de comunicação de acidentes do trabalho – CAT, imediatamente após a sua ocorrência.
 19. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho para com os funcionários, bem como pelos atos por eles praticados.
 20. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnicas e ambientalmente recomendadas, atividades essas da inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.
 21. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução ou quaisquer responsabilidades pelos danos causados diretamente a SÃO PAULO TURISMO S.A. e/ou terceiros, independentemente da comprovação de culpa ou dolo de execução do contrato.
 22. Assegurar que todo trabalhador que cometer falta disciplinar ou não portar-se condizente com o local de trabalho, não prestará mais nenhum tipo de serviço para a CONTRATANTE;
 23. Caso a Contratante venha a ser demandada por terceiros que se julguem prejudicados, bem como a Contratante venha a experimentar prejuízo patrimonial em decorrência dos serviços prestados pela contratada, esta deverá se responsabilizar pelos pagamentos, inclusive mediante retenção de valores pendentes de pagamento, caso existam contratos ainda vigentes ou ainda por outras medidas processuais cabíveis, caso a contratada já não preste serviços à Contratante.
 24. Caso a Contratante tenha efetuado qualquer retenção nos pagamentos da Contratada, nos termos do tem anterior, a Contratante devolverá à Contratada, se for o caso, o saldo entre o valor retido, sem adicionais de qualquer natureza, o total do valor da indenização, acrescido das respectivas custas com o processo.
 25. A Contratada deverá cumprir com os requisitos da NR 5, em especial o item 5.6.4. mantendo durante a execução do contrato um responsável pelo cumprimento da NR acima citada, salvo se estiver obrigada a compor Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).
 26. Caso a atividade objeto desta licitação seja impeditiva ao SIMPLES NACIONAL, a Contratada, que seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá atender integralmente aos termos dos Artigos 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº. 123/2006.
 27. Prestar os serviços dentro de parâmetros e solicitações estabelecidas, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

28. Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos.
29. Todas as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho do Trabalho Urbano (NRs) e normas técnicas Brasileiras (NBRs) emitidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que regulamentem no todo ou em parte os serviços a serem executados pela CONTRATADA, devem ser rigorosamente cumpridas e registradas em documentos apropriados, conforme a legislação em vigor.
30. A CONTRATADA é responsável por manter suas áreas de trabalho limpas, sendo de sua total responsabilidade a remoção e o descarte de todo o lixo gerado durante os serviços de instalação, manutenção e desmontagem.
31. A CONTRATADA é responsável por manter suas áreas de trabalho seguras, sendo de sua total responsabilidade a colocação de sinalização apropriada para evitar acidentes durante os serviços de instalação, manutenção e desmontagem.
32. A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços a qualquer hora do dia ou da noite independente de horário comercial, aceitando sem restrições os horários preestabelecidos pela CONTRATANTE.
33. A CONTRATADA é obrigada a conduzir os trabalhos inerentes à prestação dos serviços em estreita observância às legislações federal, estadual e municipal, bem como, à quaisquer ordens ou determinação do Poder Público, procurando – dentro do possível – conduzir os serviços e o pessoal de modo a formar, perante o público, uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento do presente instrumento.
2. Fiscalizar a execução do ajuste.

RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O objeto do contrato somente será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste e com o disposto no art. 178 e 179 do Regulamento de Licitações e Contratos da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) e art. 50 e 51 do Decreto Municipal nº 44.279/03.
2. Na data de conclusão de cada etapa (por ocasião de cada medição), a contratada comunicará por escrito ao funcionário responsável pela fiscalização do contrato, que atestará em documento próprio, assinado pelas partes, que a CONTRATADA entregou a prestação, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

3. Funcionário ou comissão designada procederá à observação do serviço prestado no prazo de até 90 (noventa) dias. Verificando-se vícios, defeitos ou incorreções, a CONTRATADA fica obrigada a repará-los. Estando perfeitamente adequada a execução do objeto aos termos contratuais, se atestará em documento próprio, assinado pelas partes, a confirmação pela Administração de que o objeto foi executado segundo as cláusulas avençadas.
4. A formalização desses documentos não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.
5. A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados subsistirá na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Após a aprovação de cada medição, a CONTRATADA emitirá nota fiscal ou fatura de Serviço e, em 3 (três) dias úteis da sua emissão, entregará no Setor Protocolo Geral da contratante, situado na av. Olavo Fontoura, 1209, portão 35, Município de São Paulo – SP. Na hipótese de nota fiscal eletrônica de outros Estados ou Municípios, seu encaminhamento poderá ser feito eletronicamente, no email rpvicente@spturis.com, no prazo estipulado.
2. Juntamente com a nota fiscal ou fatura, a CONTRATADA deverá entregar certidões fiscais atualizadas a que se refere o item 1.2 do Anexo II deste edital.
3. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data da aprovação de cada medição:
 - A) **1ª etapa** – Mobilização de Instalação;
 - B) **2ª etapa** – Conclusão de Instalação;
 - C) **3ª etapa** - Manutenção;
 - D) **4ª etapa** – Desinstalação;
4. O pagamento será efetuado em 4 (quatro) etapas, conforme percentuais abaixo:
 - a) **1ª etapa** – Montagem - 25% do valor total contratado;
 - b) **2ª etapa** – Instalação - 40% do valor total contratado;
 - c) **3ª etapa** - Manutenção - 15% do valor total contratado;
 - d) **4ª etapa** – Desinstalação - 20% do valor total contratado.O prazo de pagamento será de 30 dias após a aprovação da medição em cada etapa.



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

5. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que forem cumpridas.
6. Ocorrendo eventual atraso no pagamento, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação de mora (TR+0,5% “pro-rata tempore”), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu, nos termos da Portaria nº 5/12 da Secretaria Municipal de Finanças.
7. Não será realizado o pagamento se em nome da CONTRATADA constarem pendências no “Cadastro Informativo Municipal – CADIN.”

Valor Máximo Admitido para a Contratação

O valor total máximo admitido para a contratação é de R\$ 1.783.382,53 (um milhão, setecentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

.....

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20
PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

ANEXO A – Matriz de Risco

SPTURIS



MATRIZ DE RISCOS - ILUMINAÇÃO DE NATAL - "FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE".			
ITEM	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO DO RISCO	TRATAMENTO
1	CONTRATADA	Danos aos bens (Vandalismo / Furtos ou Roubas)	Providenciar seguro dos bens e acidentes que por ventura possa ocorrer com a equipe, conforme contrato. Substituição ou reparo do bem danificado, conforme previsto em Edital/Contrato
2	CONTRATADA	Responsabilidade Civil - Queda de pessoas; Atrazo perigosos; Queda de Objetos.	Disponibilizar EPI e prestação de socorro. Placas de Sinalização com alerta de perigo além de providenciar seguro. Reparo ou substituição quando do defeito estrutural, conforme Edital/Contrato
3	CONTRATADA	Atrazo na execução do objeto contratual	Previsão em contrato das penalidades cabíveis.
4	CONTRATADA	Fornecimento do item em desacordo às especificações técnicas elencadas	Previsão em contrato das penalidades cabíveis e Fornecimento do objeto conforme discriminado no Termo de Referência
5	CONTRATADA	Da aplicação da penalidade proporcional à fração do objeto	Constar em contrato a proporcionalidade da penalização a fração do objeto.

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



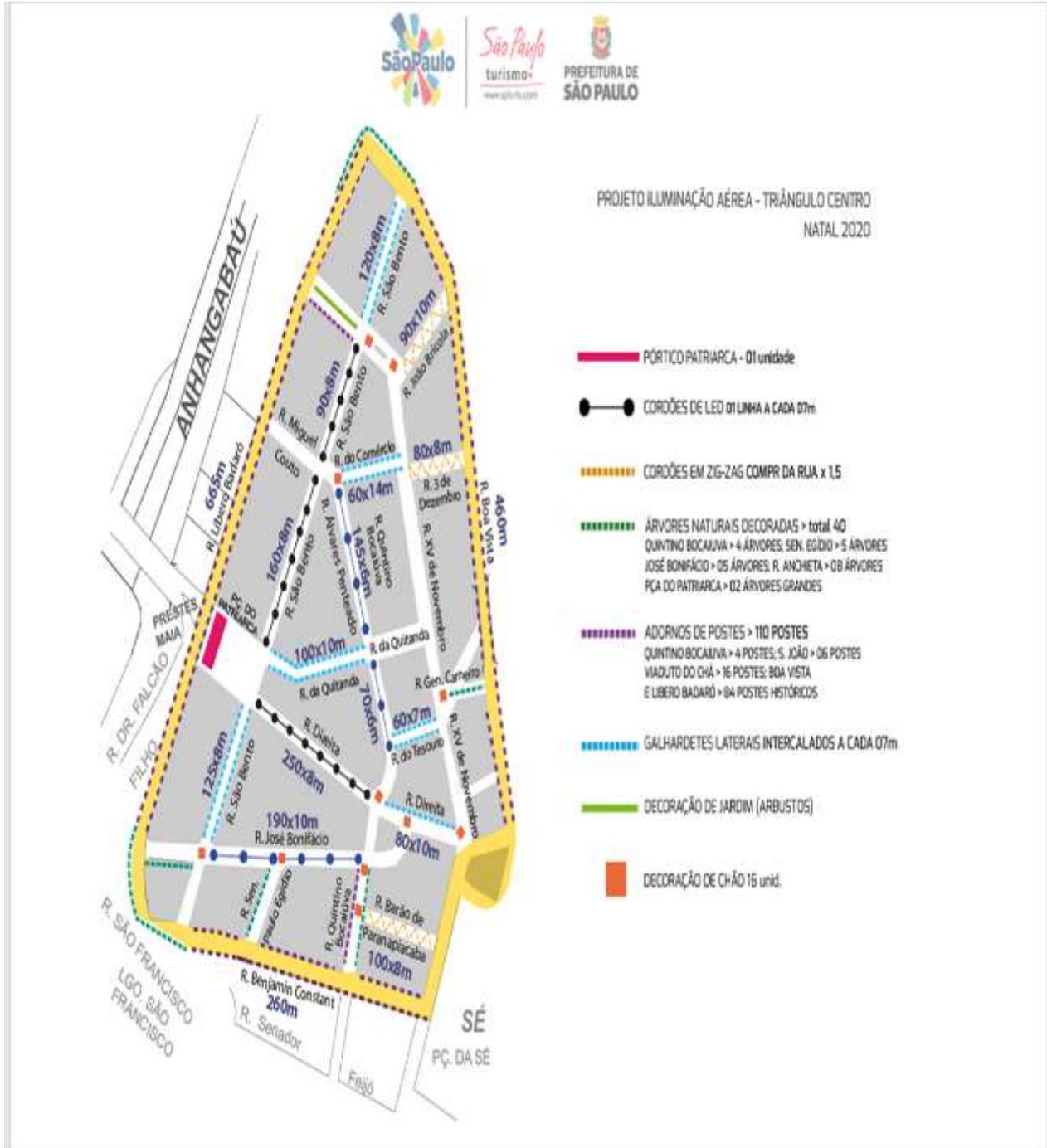
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20
PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

ANEXO - B Imagens de referência

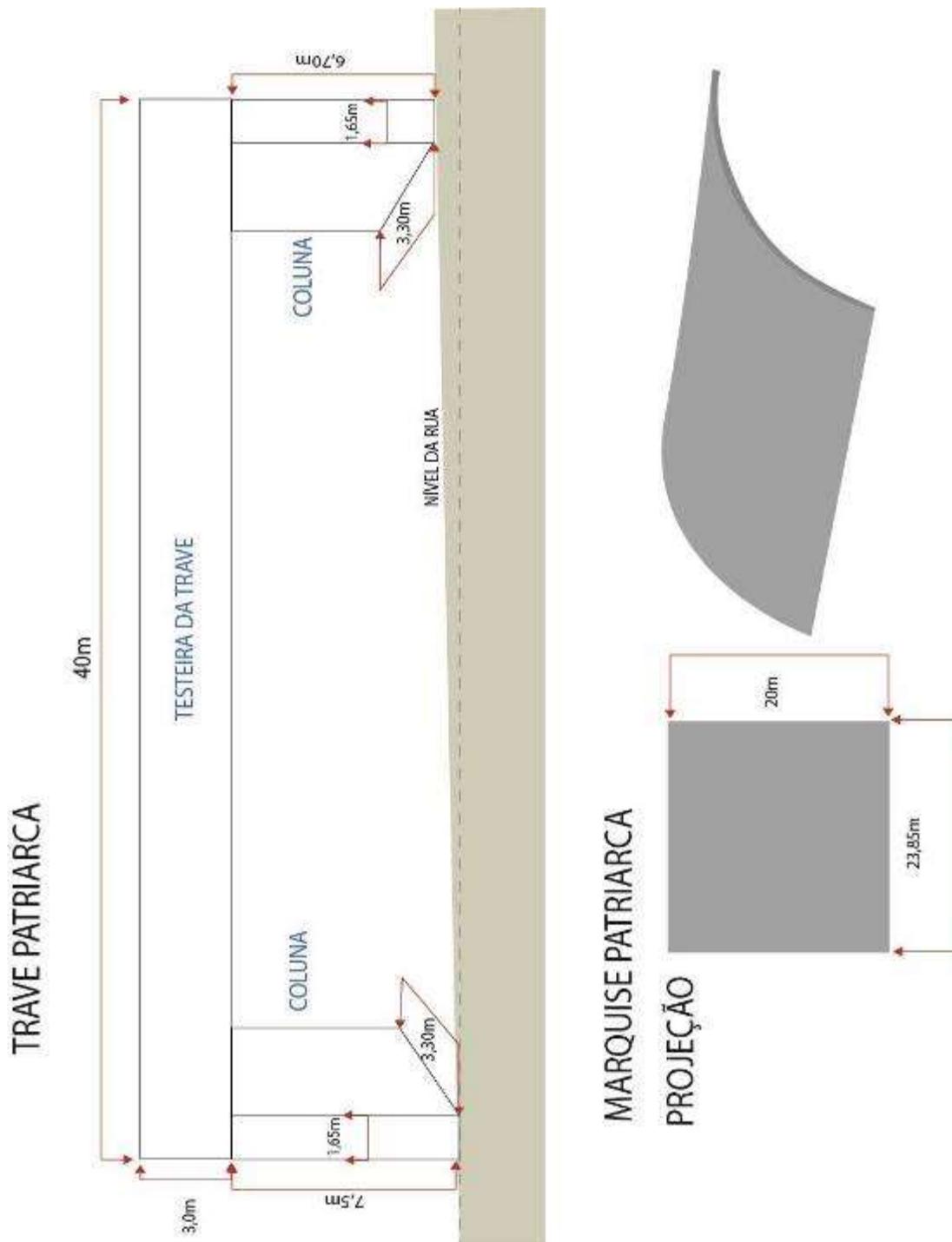
PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

(desenhos sem escala, distâncias aproximadas)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5



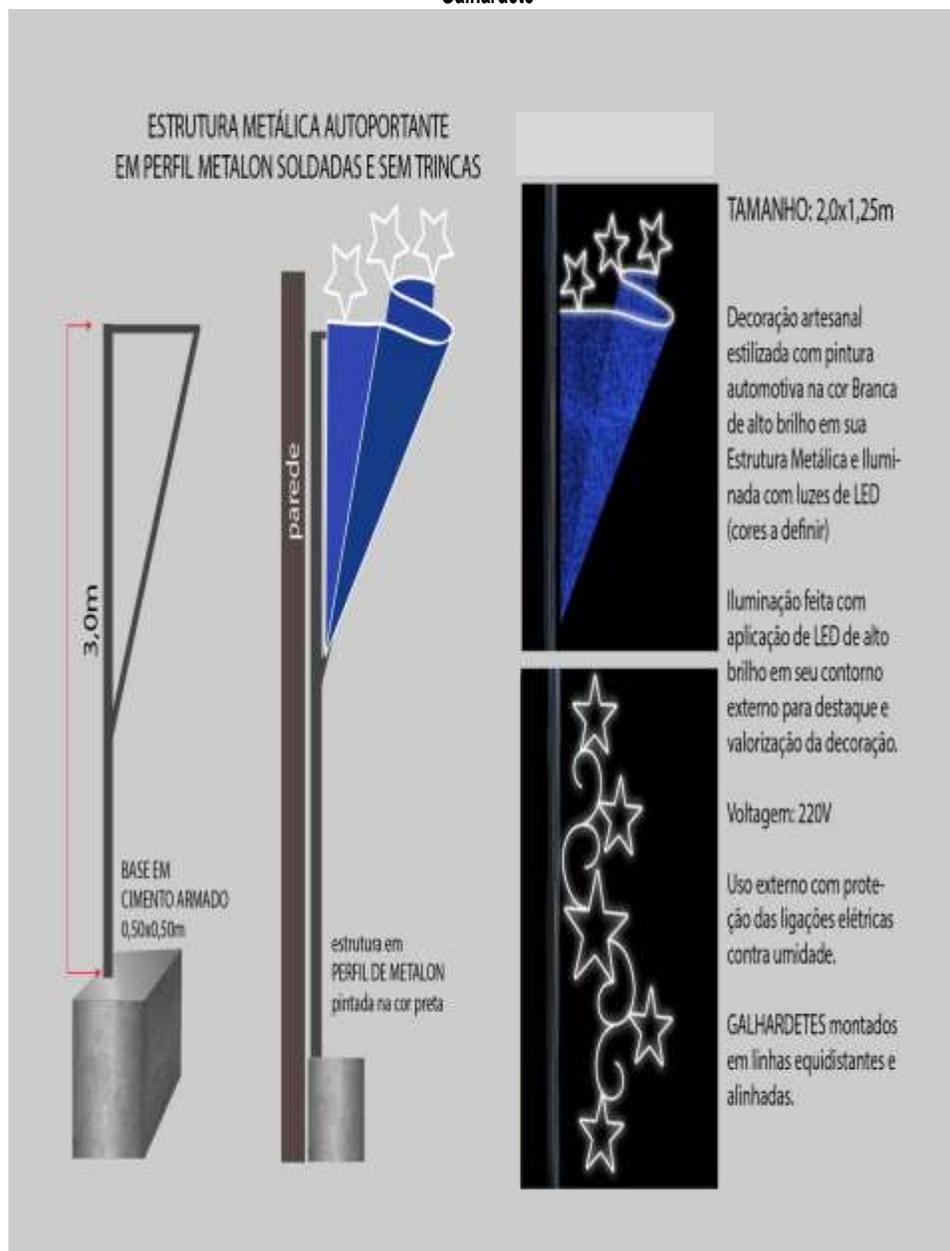
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

GALHARDETES AFIXADOS EM ESTRUTURAS METÁLICAS

Galhardete



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20
PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5
ÁRVORES ILUMINADAS



DECORAÇÃO ILUMINADA
POSTES ANTIGOS
TAMANHO SUGERIDO: 1,2x0,60m



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20
PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

ILUMINAÇÃO DE RUAS – CORDÕES DE LED



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

ELEMENTOS DECORATIVOS DE CHÃO



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

ANEXO II – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

1 – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1) O licitante convocado deverá encaminhar, nos termos do Edital, a seguinte documentação exigida como condição habilitatória:

1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 - No caso de firma individual: Prova de registro na Junta Comercial ou repartição Correspondente.

1.1.2 - No caso de Sociedade Mercantil: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

1.1.3 - No caso de Sociedade por Ações: Ato Constitutivo ou Estatuto Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado da ata da assembléia, devidamente registrada que elegeu a última diretoria.

1.1.4 - No Caso de Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

1.1.5 - No caso de Cooperativa: Atas das Assembléias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, devidamente arquivadas na Junta Comercial, e Ata de Eleição dos Administradores em exercício de mandato. Ata da sessão em que os cooperados autorizam a Cooperativa a contratar o objeto desta licitação. Listagem contendo o nome de todos os cooperados.

1.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1.2.1 - Prova de inscrição no **CNPJ**.

1.2.2 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por intermédio de **Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Esta comprovação poderá ser feita

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

ainda através da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, onde conste que a certidão abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.

1.2.3 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por intermédio de **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF / FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal.

1.2.4 - **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.5 - Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município de São Paulo**, relativa aos **TRIBUTOS MOBILIÁRIOS** do licitante, seja matriz ou filial, esta Certidão deverá ser a do CNPJ cadastrado para esta licitação (*caso a empresa esteja sediada no município de São Paulo*);

1.2.6 - Na hipótese do licitante não estar cadastrada como contribuinte neste Município de São Paulo, ela deverá apresentar “**Declaração**”, firmada pelo respectivo representante legal, sob as penas da lei, do não-cadastramento e de que nada devem à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos Tributos Mobiliários. Essa declaração deverá acompanhar a Prova de Regularidade (Certidão de Tributos Mobiliários) do município onde a empresa está sediada.

1.2.7 - **Declaração** para fins do disposto no Artigo 7º XXXIII da Constituição Federal, conforme Anexo III deste Edital.

1.2.8. – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade, por intermédio de Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado emitido(s) em papel timbrado do(s) atestante(s), constando o cargo e o nome legível do signatário, bem como os respectivos nºs de telefone de contato, para uma eventual consulta; comprovando-se que a licitante já tenha prestado, satisfatoriamente, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, ou seja demonstrando experiência em pelo menos um dos itens abaixo descritos:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

- a)** Trabalho de implantação e manutenção no sistema de iluminação pública em circuitos aéreos em no mínimo 22 pontos;
- b)** Instalação de Cenografia ou Decoração Natalina com iluminação com no mínimo 100 elementos (ex. árvores, postes, ruas, monumentos);
- c)** Realização de montagem de decoração natalina com no mínimo 50.000 micro lâmpadas

1.3.1.1. A comprovação de aptidão de que trata o item antecedente poderá ser feita por intermédio de Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome e com o nº do CNPJ da matriz e/ou em nome e com o nº do CNPJ da(s) filial(is) da empresa licitante.

1.3.1.2. A fim de verificar a autenticidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) em atendimento ao item 1.3.1 acima, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação dos respectivos contratos e/ou notas fiscais referentes ao documento apresentado. A apresentação deverá ser em até dois dias úteis após a data da solicitação.

1.3.1.2. Os atestados mencionados, deverão conter descrição dos Serviços realizados, nome do evento, período de realização e local, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrado no CREA ou CAU de modo a permitir a análise por parte do setor técnico da SP Turis. Será admitida a soma de atestados para comprovar os Serviços.

1.3.2. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da região em que a mesma estiver vinculada,

1.3.3. Certidão Atualizada de Registro Profissional do(a) profissional Responsável Técnico da empresa licitante (categoria Elétrica), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Arquiteto no Conselho Regional de Arquitetura(CAU);

1.3.4. Comprovação de relação jurídica válida entre o Responsável Técnico e a empresa licitante por meio de a apresentação da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho de Prestação de Serviços ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor e Ata de Eleição de Diretoria no caso de "S.A.", ou Ficha de registro de empregado ou ainda declaração assinada pelo profissional responsável técnico de que se responsabilizará pelo contrato oriundo do Pregão Eletrônico nº 033/20.

1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.4.1. Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

1.4.1.1 No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

1.4.1.2 No caso de certidão positiva, a proponente deverá juntar a certidão de objeto e pé, expedida pelo ofício competente esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

1.4.1.3 A avaliação da condição econômico-financeira considerará a recente orientação jurisprudencial, consoante decisão do STJ (ARESP 309867).

1.4.2. **Comprovação de Patrimônio Líquido**, igual, ou superior, a **R\$ R\$ 178.338,25 (cento e setenta e oito mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, por intermédio do último “Balanço Patrimonial” devidamente registrado em Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, nos moldes do pronunciamento Técnico CPC 26, tornado obrigatório pela Resolução CFC 1.185/09, através da Deliberação CVM 595/09, a fim de demonstrar possuir aporte técnico-financeiro que proporcione reais garantias dos Serviços que serão executados:

1.4.2.1. As licitantes optantes pelo SPED - Sistema Público de Escrituração Digital obrigam-se a apresentar o Balanço Patrimonial impresso pelo sistema, devidamente validado, do ano base exigível pela lei.

1.4.2.2. As empresas sujeitas a Lei Federal nº 6.404/76 (Lei das S.A.), não optantes ao SPED, deverão apresentar as demonstrações contábeis exigidas pelas normas que lhe forem aplicáveis.

1.4.2.3. As demonstrações das demais empresas deverão ser transcritas no “Livro Diário”, com o Termo de Abertura e Encerramento, registrados em Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, assinados pelo Diretor da empresa e pelo Contador, constando nome completo, cargo e registro no Conselho de Contabilidade, ou geradas pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED Contábil, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- b) Balanço Patrimonial, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.774, de 22 de dezembro de 2017;
- c) Demonstrativo de Resultado do Exercício;
- d) Termo de Autenticação do Livro Digital.
- e) Recibo de entrega emitido e protocolado pelo SPED.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

1.4.2.4. Em se tratando de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso o sistema de escrituração contábil for feito por meio de fichas ou folhas soltas, o livro diário deverá ser substituído pelo livro balancetes provisórios e balanços.

1.5 – QUALIFICAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.5.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e Cooperativa, conforme o art. 34 da Lei Federal nº 11488/07, o licitante deverá apresentar declaração, conforme Anexo III-A deste Edital, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que se enquadra nessa condição, nos termos e para os efeitos dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, e de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

1.5.2. Essa declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação do licitante , e deverá ser emitida na data desta licitação.

1.5.3. Não será aceita Declaração emitida com data anterior à da licitação, bem como Declaração emitida de forma genérica e/ou contendo 'prazo de validade', uma vez que a condição tanto para o enquadramento, quanto para a utilização dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06 e 147/14, deve estar efetivamente caracterizada na data da sessão pública da licitação.

OBSERVAÇÕES

1. A documentação de que trata este Anexo deverá ser apresentada em **original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por Tabelião ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial (Diário Oficial) ou por membro da Comissão Permanente de Licitações (CPL) da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS).** Após examinados pelo Pregoeiro, os referidos documentos serão anexados aos autos do Processo de Compras. **O horário de atendimento da CPL para autenticação de documentos é das 09:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h.**
Não será feita autenticação de documentos fora do horário estabelecido. Os documentos autenticados serão devolvidos ao interessado, que deverá protocolar todos os documentos e proposta, no Setor de Protocolo da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS).
2. Quando se tratarem de Documentos / Certidões obtidas e expedidas pela *Internet*, a Comissão de Licitações promoverá a devida verificação da autenticidade e da validade das mesmas junto aos endereços eletrônicos pertinentes, como condição "*sine qua non*" para a devida habilitação do licitante no certame.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, **serão considerados válidos os emitidos até 180 (cento e oitenta) dias corridos**, antes da data de abertura desta licitação, excetuando-se os Atestados de Capacidade Técnica, cuja validade é indeterminada.
4. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome e com o CNPJ do **licitante**.
 - 4.1) Quando o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 4.2) Quando o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza e comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.
5. Os documentos comprobatórios que forem apresentados na forma de **protocolo** e/ou se tiverem com os respectivos **prazos de validade vencidos**, **não** serão aceitos e acarretarão a desclassificação do licitante.
6. Por força do disposto na Lei Municipal nº 14.094/05 e no Decreto Municipal nº 47.096/06, a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) está impedida de contratar e efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal - CADIN. Será verificada no site <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> se a empresa vencedora está inscrita no CADIN - Cadastro Informativo Municipal da Prefeitura Municipal de São Paulo. O mesmo procedimento será efetuado pela Gerência de Controladoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) a cada pagamento.
7. Serão aceitas como prova de regularidade fiscal, certidões positivas com efeitos de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
8. **Todas as certidões deverão estar válidas na data da CONVOCAÇÃO do Licitante classificado. Esse aviso é válido para todos os licitantes classificados, inclusive os que eventualmente forem convocados após a data da disputa.**
9. O Pregoeiro poderá - a qualquer momento e sempre que julgar necessário - consultar os Setores Técnicos da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), no intuito de dirimir dúvidas e obter subsídios quanto à adequada aferição dos documentos de habilitação e das propostas comerciais ofertadas.
10. **As DECLARAÇÕES deverão ser emitidas pelo licitante, digitadas em papel timbrado, contendo a razão social, endereço completo, telefone e email.**

//////////

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20
PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
MENOR

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social do licitante)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação do Pregão)

..... .. (nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º
..... e do CPF n.º DECLARA, para fins do
disposto no art. 7º XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito
anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (.).

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20
PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

ANEXO III-A - MODELO DE DECLARAÇÃO

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social do licitante)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP/COOPERATIVA

DECLARAÇÃO DE ME/EPP/COOPERATIVA

Eu _____, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. _____ e do CPF nº. _____, representando neste ato a empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, Inscrição Estadual sob o nº. _____, com sede _____, declaro para todos os fins de direito e sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro – CPB e das Sanções Administrativas previstas na Legislação pertinente, que a empresa supracitada se enquadra na condição de ME/EPP ou COOPERATIVA conforme art. 34 da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos e para todos os efeitos dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa condição

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20
PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

ANEXO III – B - MODELO DE DECLARAÇÃO REF. AO ITEM 1.2.6
DO ANEXO II

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social do licitante)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º
..... e do CPF n.º DECLARA, para fins do
disposto no item 1.2.6 do Anexo II do Edital, que não está cadastrada na Prefeitura de
São Paulo e, portanto, nada deve ao município de São Paulo relativamente aos Tributos
Mobiliários.

Esta declaração acompanha cópia autenticada ou via original da Certidão de Tributos
Mobiliários (ou outra denominação, a depender de cada órgão municipal) desta empresa.

.....
(data)

.....
(representante legal)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20
PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

ANEXO III – C - MODELO DE PROPOSTA

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social do licitante)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

PROPOSTA

Nome da empresa:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Endereço eletrônico oficial, no qual o licitante ou CONTRATADA será considerada validamente notificada,	
Dados bancários oficiais, de sua titularidade.	

Prazo de entrega: CONFORME EDITAL

Condição de Pagamento: CONFORME EDITAL

Garantia (quando houver):

Prazo de validade da proposta: CONFORME EDITAL

Observações:

- 1) Em caso de diversos itens e subitens, a empresa deverá informar os preços de cada um;
- 2) A proposta deverá conter o descritivo de todo o serviço e/ou material ofertado, inclusive contendo as marcas ofertadas e outras informações pertinentes ao objeto.
- 3) Esta proposta está vinculada ao Edital do Pregão Eletrônico **033 / 20**.
- 4) Para fins de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, o faturamento **deverá estar em conformidade com a Lei Municipal nº 13.701/2003.**

Modelo básico de planilha a ser preenchida

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

MODELO PLANILHA DE CUSTOS					
PROJETO ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO NATALINA – conforme descritivo técnico					
Item	Descrição	Unidade	QTD	Valor unitário	Valor total
1	Projeto de Decoração	-	1	R\$	R\$
2	Plano de Ação montagem	-	1		
3	Pórtico – Praça do Patriarca;	unid	1		
4	Marquise – Praça do Patriarca;	unid	1		
5	Elementos decorativos de chão;	unid	16		
6	Adornos para Postes Históricos;	unid	110		
7	Elementos tipo Galhardete;	unid	70		
8	Tubos de LED	unid	80		
9	Árvores Naturais da região Iluminadas;	Conj	40		
10	Iluminação do Jardim– av. São João conf. descrição técnica	Conj	1		
11	Lâmpadas Estroboscópicas – Mini-strobo;	unid	300		
12	Mangueira de LED;	Metro	600		
13	Cordão de LED;	Metro	4.000		
14	Equipamentos de controle	Conj	1		
15	Cabeamento completo	Conj	1		
16	Materiais e equipamentos para montagem – uso temporário	conj	1		
17	Materiais sem reaproveitamento (parafusos, braçadeiras, arames etc)	Conj	1		
18	Equipe Montagem / Desmontagem	Serv	3		
19	Equipe de Manutenção	Serv	1		
20	Supervisor	Serv	1		
21	ART/RRT Documentos	-	1		
22	Encargos Sociais (INSS, FGTS, Seguro, etc...)	xxx	%		
23	BDI	xxx	%		
24	Fretes	-	1	R\$	R\$
Valor Global					R\$

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

DECLARAÇÃO QUE ACOMPANHA A PROPOSTA COMERCIAL

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º **DECLARA SOB AS PENAS DA LEI:**

- 1) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 2) Que não foi declarada inidônea e não está impedida ou suspensa de participar de licitações.
- 3) Declara ainda sob as penas da lei, em especial o art, 299 do Código Penal Brasileiro que:
 - (a) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente pela(razão social) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico , por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - (b) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;
 - (c) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) antes da abertura oficial das propostas; e
 - (e) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
 - (f) Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que **cumprimos plenamente os requisitos de habilitação** referente ao presente Pregão Eletrônico.
 - (g) Declaramos que não incorremos nas vedações previstas no art. 38, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

Data e assinatura do representante legal

.....

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM A SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), E A _____.

Contrato CCN/GCO n.º ____ / ____

De um lado, a SÃO PAULO TURISMO S.A., com sede à Av. Olavo Fontoura, 1.209, na Cidade e Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.002.886/0001-60, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato por _____ e por _____, e de outro a empresa _____, com sede na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, CPF n.º _____, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento no decidido no Processo de Compras nº 7210.2020/0001278-5, Pregão Eletrônico 033 / 20, que se regerá pelas normas das Leis Federais n.º 13.303/16 e 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06 e 147/14, da Lei Municipal n.º 13.278/02, dos Decretos Municipais n.º 43.406/03, 44.279/03, 54.102/13 com a redação dada pelo Decreto Municipal nº 54.829/14, do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS, e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de _____, (especificar o objeto do contrato, quantidade e o período) compreendendo também os serviços de (instalação, montagem, dependendo do objeto), conforme especificado no Anexo I (especificações técnicas e condições de execução) e na proposta, que são parte integrante do presente instrumento:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

Item	Quantidade estimada	Unidade	Especificações
			Preço Unitário R\$ Preço Total R\$

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 27/11/2020 com término no dia 10/02/2021.

O prazo de execução observará o disposto no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo contratual, obedecidas às normas legais e regulamentares, poderá ser prorrogado, observados os dispositivos da Lei Federal nº 13.303/16 e da Lei Federal nº 10.520/02, do Edital, e respectivos anexos, bem como as cláusulas do presente Contrato, além dos preceitos do direito privado aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos, relacionados à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contratual, de acordo com o previsto no Edital, e respectivos Anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Conduzir os serviços de acordo com as normas legais aplicáveis, e com estrita observância ao Instrumento Convocatório, à Proposta de Preços e a Legislação vigente;
- b) Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como no que concerne às condições de habilitação e de qualificação, exigidas no curso do procedimento licitatório, conforme Edital, e respectivos Anexos;
- c) Prestar os serviços, nas datas, horários e locais a serem informados pela CONTRATANTE;
- d) Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

- e) Prestar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços contratados necessários à correção e revisão de falhas, vícios ou defeitos verificados no trabalho, sempre que à CONTRATADA imputáveis. Neste caso específico, se as falhas, vícios ou defeitos forem corrigidos pela CONTRATADA, no prazo suplementar, concedido a critério da CONTRATANTE, será afastada a aplicação de sanção administrativa;
- f) Responder pelos serviços que executar, na forma do Edital, respectivos Anexos, e da legislação aplicável;
- g) Iniciar e concluir os serviços, nos prazos estipulados pela CONTRATANTE;
- h) Manter, no local dos serviços, um profissional responsável, devidamente credenciado, para prover o que disser respeito à execução do presente Contrato;
- i) Atender a todos os ditames da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e fiscal cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato, em que se verificarem falhas, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução, ou de materiais e equipamentos empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros, ou à própria CONTRATANTE, independentemente da comprovação de sua culpa, ou dolo, na execução do Contrato. Se as falhas e defeitos forem corrigidos pela CONTRATADA, no prazo suplementar estipulado, concedido a critério da CONTRATANTE, será afastada a aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade da CONTRATADA, por danos causados diretamente a terceiros, ou à CONTRATANTE, não será excluída, ou reduzida, pela presença de fiscalização de ambas as partes, ou pelo acompanhamento da execução contratual pela própria SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS).

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, inclusive os decorrentes de dissídios, acordos e convenções coletivas, previdenciários, fiscais, cíveis e comerciais, que resultem do presente Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A inadimplência da CONTRATADA, quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, cíveis e comerciais, não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ _____ (_____), sob a dotação orçamentária 06.10.23.695.3015.2.640.3.3.90.39.00 e Nota de empenho _____.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os respectivos (preços unitários ou global), constantes na cláusula primeira deste Contrato:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os documentos fiscais referentes às prestações dos serviços deverão ser emitidos até o último dia do mês e entregues até o 3º (terceiro) dia útil, após a data de emissão, no Setor de Protocolo Geral da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), situado na Avenida Olavo Fontoura, 1209, Portão nº 35, **acompanhados das certidões negativas atualizadas do INSS, FGTS, Tributos Federais, Estaduais (se couber), Tributos Mobiliários da Sede, além das relativas à Fazenda do Município de São Paulo (se couber) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CND.** Na hipótese de nota fiscal eletrônica, seu encaminhamento poderá se dar por meio eletrônico, através do e-mail rpvicente@spturis.com, no prazo estipulado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O descumprimento do prazo limite para emissão e entrega dos documentos fiscais, disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, altera automaticamente a condição de pagamento original, que passa a ser de 30 (trinta) dias fora o mês de emissão do documento fiscal, bem como ensejará multa de 2% (dois por cento) do total da fatura por mês de atraso na emissão, limitado a 20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será efetuado em 4 (quatro) etapas, conforme percentuais abaixo:

- a) **1ª etapa** – Montagem - 25% do valor total contratado;
- b) **2ª etapa** – Instalação - 40% do valor total contratado;
- c) **3ª etapa** - Manutenção - 15% do valor total contratado;
- d) **4ª etapa** – Desinstalação - 20% do valor total contratado.

O prazo de pagamento será de 30 dias após a aprovação da medição em cada etapa.

PARÁGRAFO QUARTO: Juntamente com a nota fiscal ou fatura, a CONTRATADA deverá entregar certidões fiscais atualizadas a que se refere o item 1.2 do Anexo II deste edital.

PARÁGRAFO QUINTO: Serão aceitas certidões positivas, com efeitos de negativas, bem como certidões positivas, cujos débitos estejam judicialmente garantidos, ou com sua exigibilidade suspensa, por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEXTO: O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data da aprovação de cada medição:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

- A) 1ª etapa – Mobilização de Instalação;
- B) 2ª etapa – Conclusão de Instalação;
- C) 3ª etapa - Manutenção;
- D) 4ª etapa – Desinstalação.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Ocorrendo eventual atraso no pagamento, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação de mora (TR+0,5% “pro-rata tempore”), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento, e aquela data em que o pagamento ocorreu efetivamente, nos termos da Portaria Nº 05/12 da Secretaria Municipal de Finanças.

PARÁGRAFO OITAVO: Não será realizado o pagamento se em nome da CONTRATADA constarem pendências no “Cadastro Informativo Municipal – CADIN.”

PARÁGRAFO NONO: Se em razão da modalidade de licitação for necessária ou conveniente a abertura de conta em instituição bancária determinada pela CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA acolher tal determinação.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á, a contar da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data limite para a apresentação da proposta ou do orçamento a que esta proposta se referir, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual com base no Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF 389, de 18/12/17.

CLÁUSULA OITAVA: DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, respectivos Anexos e da legislação vigente aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução dos serviços, total ou parcial, execução insatisfatória, atrasos injustificados ou mora na execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do Contrato será acompanhada pelo “Gestor do Contrato”, o (a) Sr. (a) Gerente de, a quem caberá a responsabilidade pela fiscalização, quanto à execução contratual, bem como pela emissão de documento

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

próprio, assinado por ambas as partes, atestando que o objeto foi executado, de acordo com o Edital, e respectivos Anexos, ou após a apuração do valor, descontado do pagamento devido à CONTRATADA, na hipótese de não correção das falhas, vícios ou defeitos, resultantes da execução dos serviços, ou dos materiais e equipamentos empregados, devidamente atestados, necessário para que se processe o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O representante da CONTRATANTE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em documento próprio todas as ocorrências relativas à execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, vícios ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, deverá comunicar imediatamente o fato à Autoridade Superior, para ratificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA declara aceitar todas as condições, métodos, processos de inspeção, e controle adotados para fins de fiscalização da CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer, por escrito, e quando solicitados, todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações, julgados necessários ao bom desempenho contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: A qualquer tempo e, independentemente de qualquer formalidade, a CONTRATANTE poderá verificar no local a execução dos serviços, através de pessoa devidamente credenciada e, para tanto, a CONTRATADA assegurar-lhe-á amplo acesso a todas as informações relativas ao cumprimento do presente Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não elimina, em hipótese alguma, a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeição técnica dos serviços executados, bem como pelos materiais empregados em sua execução.

PARÁGRAFO SEXTO: Todo material destinado à execução dos serviços, se considerado inadequado, sendo rejeitado pela fiscalização da CONTRATANTE, deverá ser substituído, refazendo-se os serviços, sob a exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE. Neste caso específico, se as falhas, vícios e defeitos forem corrigidos pela CONTRATADA, no prazo suplementar, concedido a critério da CONTRATANTE, será afastada a aplicação de sanção administrativa.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os responsáveis pela fiscalização da CONTRATANTE verificarão se os serviços executados pela CONTRATADA conferem com a descrição inserta da Proposta de Preços, determinando o que for necessário à regularização das falhas, vícios ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual, comunicarão o fato, no prazo de até 05 (cinco) dias, à Autoridade Superior, para adoção das medidas cabíveis.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA

No ato da assinatura do Contrato, a CONTRATADA obriga-se a prestar uma garantia, podendo optar por uma, dentre as modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, que será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, e terá seu valor atualizado, nas mesmas condições contratuais estabelecidas, nos termos do art. 70, §§ 1º e 2º, da Lei federal nº 13.303/16.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada, ou restituída, após a execução satisfatória das obrigações contratualmente estabelecidas, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de caução em dinheiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: – A modalidade de garantia contratual a ser prestada, dentre uma das admitidas no art.70, §1º, incisos I, II e III, da Lei federal nº 13.303/16, deverá ser capaz de cumprir todos os fins previstos, sendo utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, bem como das multas aplicadas à CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As garantias prestadas não poderão ser vinculadas a novas contratações, salvo após sua liberação ou restituição.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução insatisfatória, mora na execução qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil que lhe couber, assegurados o contraditório bem como a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Advertência, que poderá ser aplicada quando houver execução insatisfatória, ou pequenos transtornos ao desenvolvimento regular dos serviços, desde que a sua gravidade não recomende a aplicação de sanção administrativa mais severa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, ou sobre o valor referente à fração do objeto não executado, ou não executado na forma solicitada, em caso de inexecução parcial dos serviços, aplicada na ocorrência de uma primeira infração. No caso de reiteração, a multa corresponderá ao dobro da porcentagem da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), sem prejuízo da possibilidade de rescisão do Contrato pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de inexecução total dos serviços, caso em que o presente Contrato será rescindido pela CONTRATANTE.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

PARÁGRAFO QUARTO: Multa de mora de 1% (um por cento), se houver atrasos injustificados no cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, a ser calculada por dia (ou outro período temporal previsto no Edital, e respectivos Anexos) que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor deste Contrato, à época, ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do presente Contrato pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO: Suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), ora CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

- A) Reiteração quanto à execução insatisfatória dos serviços contratados;
- B) Reiteração com relação aos atrasos injustificados na execução e na conclusão dos serviços, em contrariedade ao disposto neste Contrato;
- C) Reiteração na aplicação das penalidades de advertência ou de multa;
- D) Irregularidades que possam ensejar a rescisão do presente Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com o SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), ora CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, poderão ser aplicadas à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão do presente Contrato, nos termos do art. 84, I, II e III, da Lei federal nº 13.303/16:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), ora CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, com fundamento no art. 83, § 2º, da Lei federal nº 13.303/16.

PARÁGRAFO OITAVO: A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada pela CONTRATADA, com base no art. 82, § 2º, da Lei federal nº 13.303/16.

PARÁGRAFO NONO: Se a multa aplicada for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, seja no âmbito do presente Contrato, ou de quaisquer outros que mantenha com a mesma CONTRATADA, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, a teor dos artigos

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

82, § 3º e 83, § 1º, da Lei federal nº 13.303/16, podendo ser utilizados meios alternativos de solução de controvérsias, mencionados na Cláusula Décima Quinta.

PARÁGRAFO DÉCIMO: As sanções previstas nesta Cláusula Décima, por possuírem natureza jurídica administrativa, não eximirão a CONTRATADA do dever de indenizar a CONTRATANTE, por eventuais perdas e danos, decorrentes das infrações contratuais cometidas, nos termos da legislação cível aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os prazos das sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), ora CONTRATANTE, não superior a 02 (dois) anos, serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida, consoante os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, no caso concreto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: As sanções administrativas serão aplicadas mediante o devido processo legal administrativo, com os meios e recursos a ele inerentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A CONTRATADA poderá apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 83, § 2º, da Lei federal nº 13.303/16, contado da notificação da decisão que aplicou a sanção administrativa, através de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, ou por carta, com aviso de recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA poderá interpor recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação da decisão que indeferiu a defesa prévia, por intermédio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, ou por carta, com aviso de recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Na aplicação das sanções de advertência e de multa, a CONTRATADA será notificada mediante publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, nos termos do art. 205 do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Na aplicação das sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, com a CONTRATANTE, a notificação da CONTRATADA dar-se-á através de carta, com aviso de recebimento, com fulcro no art. 205 do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Será remetida à Secretaria Municipal de Gestão – Seção de Cadastro de Fornecedores, da Prefeitura da Cidade de São Paulo, cópia da decisão definitiva, proferida em sede de recurso administrativo, que aplicar as sanções de suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), por prazo não superior a 02 (dois) anos, a fim de que seja averbada a respectiva sanção no Cadastro Municipal de Fornecedor.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A Controladoria Geral do Município de São Paulo – CGM/SP será comunicada a respeito das sanções administrativas aplicadas pela SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas e no Cadastro Municipal de Empresas Punidas, nos termos na Lei federal nº 12.846/13.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

O contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar, observadas as hipóteses previstas no art. 81 da Lei federal nº 13.303/16, bem como nos artigos 176 e 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, a teor do art. 188 do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constituem motivos, dentre outros, para a rescisão do Contrato, com fundamento no art. 187, do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS:

- a) Descumprimento, ou cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- b) Lentidão no cumprimento do objeto deste Contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) Atrasos injustificados quanto ao início e conclusão dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços sem justa causa, e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- e) Subcontratação, total ou parcial, do objeto deste Contrato; a associação da CONTRATADA com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que tais hipóteses não sejam admitidas no presente Contrato; Edital e respectivos Anexos;
- f) Desatendimento às determinações regulares da CONTRATANTE, decorrentes da fiscalização, e do acompanhamento da execução do objeto deste Contrato;
- g) Decretação de falência, ou instauração de insolvência civil, da CONTRATADA;
- h) Dissolução da sociedade, ou o falecimento da CONTRATADA;
- i) Alteração social; modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, ora CONTRATADA, que prejudique a execução do objeto deste Contrato;
- j) Ocorrência de caso fortuito, ou de força maior, regularmente comprovadas, impeditivas da execução do objeto deste Contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Contrato será rescindido mediante o devido processo legal administrativo, com os meios e recursos a ele inerentes, assegurados o contraditório, e a prévia e ampla defesa, aplicados os parágrafos Décimo Terceiro e Décimo Quarto, da Cláusula Décima, do presente Contrato (no que couber).

PARÁGRAFO QUARTO: Os efeitos da rescisão do Contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação da CONTRATADA, por meio de publicação oficial, com fulcro no art. 187, § 2º, do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA CESSÃO, DA TRANSFERÊNCIA E DA SUBCONTRATAÇÃO

Este Contrato não poderá ser objeto de cessão, de transferência ou de subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA ANÁLISE DOS RISCOS

A análise dos riscos associados a esta contratação foi realizada com base nas informações da Matriz de Risco anexa a este Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os riscos decorrentes da relação contratual foram identificados e, sem prejuízo das outras previsões contratuais, estabeleceram-se os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA tem conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e os considerou na formulação de sua proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É vedada a celebração de aditivos relativos ao equilíbrio econômico financeiro do contrato decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer; dar; ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar; ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento; doação; compensação; vantagens financeiras ou não financeiras; ou benefícios de quaisquer espécies, que constituam prática ilegal, ou de corrupção, de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

PARÁGRAFO ÚNICO: É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do Contrato, e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor, ou de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento de custos, com base na Lei federal nº 12.527/11.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

A CONTRATADA tomou conhecimento do Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, disponível na página de Governança Corporativa do sítio eletrônico da CONTRATANTE (<http://www.spturis.com.br/transparencia/>) e se obriga a requerer que seus empregados o cumpram.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO E DO FORO DE ELEIÇÃO

As importâncias decorrentes de quaisquer sanções impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou eventuais prejuízos que a execução do Contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada, ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, podendo ser utilizados meios alternativos de solução de controvérsias, inclusive quanto ao equilíbrio econômico-financeiro, em especial a conciliação, a mediação, a arbitragem, ou o Comitê de Prevenção e Solução de Disputas, previsto na Lei municipal nº 16.873/18.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer, ou comparecer a juízo, para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, à pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, aos juros de mora de 01% (um por cento) ao mês, às despesas e custas do processo, bem como aos honorários sucumbenciais, na forma que vierem a ser fixados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para dirimir eventuais conflitos, decorrentes deste Contrato, que não possam ser resolvidas por meio amigável, as partes – CONTRATANTE e CONTRATADA, elegem o Foro da Cidade de São Paulo - Comarca da Capital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA ACEITAÇÃO E DO CUMPRIMENTO

A CONTRATANTE e a CONTRATADA, por seus respectivos representantes legais, aceitam todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações ora assumidas.

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2020/0001278-5

PARÁGRAFO ÚNICO: E, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento contratual, celebram as partes – CONTRATANTE e CONTRATADA, o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, depois de lido, em presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, em ____ de _____ de _____.

SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) – CONTRATADA - GESTOR DO CONTRATO –
TESTEMUNHAS

.....

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 033/20
PROCESSO DE COMPRAS 7210.2020/0001278-5

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO
OBJETO LICITADO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”, conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

DECLARAÇÃO

Declaramos _____ que _____ a _____ empresa:
sob N.º _____, inscrita no CNPJ _____, representada pelo Sr(a) _____
_____, RG n.º _____, **possui pleno conhecimento do objeto licitado**, local da prestação dos serviços e condições para a plena execução dos serviços a serem contratados, das condições do referido local, as suas instalações, as estruturas existentes a serem incorporadas ao sistema, os espaços físicos e as medidas, as características e as necessidades do serviço que será prestado, bem como os elementos que possam interferir direta e/ou indiretamente na avaliação do objeto da licitação, promovida pelo Pregão Eletrônico 033/20 - **Contratação de empresa especializada em iluminação, sob o regime de empreitada por preço global, para prestação de serviço de engenharia para realização de decoração natalina com projeto, montagem, manutenção e desmontagem do Projeto Especial de Iluminação Natalina, para atendimento ao evento “FESTIVAL DE NATAL DE SÃO PAULO – EDIÇÃO: UM SONHO DE CIDADE”.**

São Paulo, _____ de _____ de 2020.

Representante da Empresa